
DOCUMENTO

POLÍTICAS DE PREVENÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES

APRESENTAÇÃO

De 6 a 8 de junho de 2006, como parte das atividades relacionadas ao Projeto Internacional, *Pathways of Women's Empowerment Research Programme Consortium* – conhecido no Brasil como Projeto Tempo – Trilhas do Empoderamento de Mulheres, o NEIM realizou um seminário sobre Poder e Empoderamento de Mulheres na América Latina, que teve como propósito maior levantar e mapear questões de relevância para esta temática na região.

Para tanto, contamos com o apoio da Coordenação Geral do Projeto, na pessoa de Andrea Cornwall, do *Institute of Development Studies* da *University of Sussex*, na Inglaterra, e com os fundos do *Department for Foreign International Development* (DFID), o que nos permitiu trazer companheiras de diferentes países da América Latina e até mesmo parceiras do projeto que vieram de Bangladesh e da Inglaterra. Foram três dias de debates organizados em torno de mesa redondas dentre as quais a Mesa sobre “Estratégias de Enfrentamento à Violência Doméstica Contra Mulheres”, coordenada por Vera Soares, que aqui apresentamos.

O debate nessa mesa aconteceu dois meses antes da Lei Maria da Penha ser sancionada (em 7 de agosto de 2006), mas ainda guarda relevância para pensarmos essas estratégias, inclusive pela importante contribuição trazida pelas companheiras expositoras, Sílvia de Aquino, Elisiane Pasini, Montserrat Sagot, pela saudosa Heleieth Saffioti bem como por outras participantes do evento que se manifestaram nas discussões. Para atender aos limites de espaço disponível, reproduzimos aqui apenas as questões levantadas mais diretamente dirigidas à temática da Mesa.

VERA SOARES:

(Coordenadora da Mesa)

– *Gostaríamos de chamar **Silvia de Aquino**, do NEIM, **Montserrat Sagot**, da Universidade de Costa Rica, **Elisiane Pasini**, da Themis, e **Heleieth Saffioti** para comporem nossa mesa. Acho que deveríamos fazer uma homenagem especial a Heleieth Saffioti, uma pessoa que tem uma trajetória na reflexão feminista super importante neste país. Nós falamos tanto nas marxistas... a professora Heleieth fez a sua livre docência no campo do marxismo. Ela continuou esta reflexão e deu uma reviravolta na cabeça de todas nós com a crítica ao marxismo; muitas vezes, ela disse que ainda mantinha algumas categorias do marxismo, mas ela fez uma crítica essencial e nos ensinou muito. Então, por favor Heleieth, receba da gente um super carinho. Vamos iniciar com a apresentação de Silvia de Aquino.*

POLÍTICAS PÚBLICAS DE PREVENÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

SILVIA DE AQUINO⁶:

Boa tarde.

Minha tarefa nesta mesa é compor um quadro que apresente as políticas públicas de prevenção e combate à violência contra as mulheres no Brasil e a questão da articulação com o empoderamento.

Conforme indica o título desta minha fala, nesta programação, eu vou trazer informações a respeito das políticas públicas de prevenção e combate à violência contra as

⁶ Pesquisadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM/UFBA); Professora Adjunta do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal da Bahia. Possui Doutorado (2006) Mestrado (1999) em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), em 1995. Integrou os projetos Observatório Lei Maria da Penha (Coordenação Regional Nordeste) e Trilhas de Empoderamento das Mulheres (com a pesquisa “Trilhas de Empoderamento das Mulheres através de estratégias legais: o caso da Lei Maria da Penha – Brasil”).

mulheres. Certamente, vão ser de grande valia as contribuições que vocês puderem trazer pra gente complementar este quadro e até corrigi-lo em algum momento. Acho sempre importante iniciar pontuando que a própria existência de políticas públicas de combate à violência contra as mulheres está diretamente relacionada a um processo político, de cerca de trinta anos de questionamento e desconstruções das relações de gênero. Esse processo vem se desenvolvendo desde a chamada Segunda Onda do Movimento Feminista, situado em meados da década de setenta, para nós aqui da América Latina e no Brasil. E esse processo também está marcado por elementos como as lutas contra as ditaduras militares, aqui no Brasil inaugurada em 1964, a publicização de violências recorrentes contra as mulheres, a oposição ao uso da tese da legítima defesa da honra, as experiências dos SOS, as demandas finalmente por implementação de políticas públicas de combate a esse tipo de violência, entre muitos outros elementos que a gente poderia lembrar aqui.

Então é entre meados da década de 70, início da década de 80, que o Movimento Feminista vai encontrar a sua segunda onda, o seu grande momento de fôlego e de visibilidade – o Brasil se colocando como um movimento de crítica radical à sociedade, bebendo, inclusive, na fonte de outros movimentos libertários da recente década de 60, como o movimento negro e o movimento hippie. Mas, aí, apontando para a opressão vivida pelas mulheres, coisa que esses movimentos libertários nem sempre tinham essa perspectiva.

Inspiradas nas feministas norte-americanas e europeias, as feministas brasileiras também se reuniram em pequenos grupos chamados grupos de reflexão, falaram sobre suas vivências, trocaram informações, perceberam o quanto determinados elementos antes percebidos como questões individuais, pessoais, aparecem de forma semelhante aqui e acolá e renitentes nas trajetórias de outras mulheres.

A precedência do biológico foi questionada, no que se refere às representações sociais sobre o masculino e o feminino. São as raízes culturais que sustentam as desigualdades entre homens e mulheres, são os alicerces culturais que devem vir à tona e serem questionados e transformados. É colocado em cheque o hiato entre o que é pessoal e o político, o hiato do que é do indivíduo e o que é do coletivo. Evidenciam-se os laços entre as relações interpessoais e a organização pública, concretiza-se a própria possibilidade de

luta e de transformação, busca-se uma experiência efetiva de cidadania e um regime democrático.

Em termos muito amplos e sintéticos, eu queria trazer essa saudade, essa lembrança do movimento que trouxe para a luz da esfera pública as violências contra as mulheres nesse momento de segunda onda, então, através das denúncias e de mobilizações contra os assassinatos de mulheres pelos maridos, ex-maridos, companheiros, ex-companheiros que, nesse momento, era o que saltava mais aos olhos, inclusive através da mídia, através da tolerância para com eventos como esses, através de resoluções que se pacificavam em torno da legítima defesa da honra, obviamente, a honra masculina, no caso. Nesses casos, as mulheres assassinadas eram deslocadas do lugar de vítimas para o lugar de réus, através de um questionamento a respeito do comportamento adotado por elas quanto, por exemplo, ao quesito fidelidade conjugal ou quanto, por exemplo, a uma independência muito exagerada que se convencionava adequada a um comportamento social feminino. Do outro lado, os acusados assumiam o lugar de vítimas dos desvios comportamentais das suas companheiras e ex-companheiras – eram colocados no lugar dos interessados em manter a família unida e a própria honra.

Mobilizações políticas afirmando que “quem ama não mata”, distribuições de notas à imprensa, o funcionamento dos grupos de reflexão assim como espaços de discussão e articulação políticas mais amplas – que incluíram, em determinados momentos, inclusive, familiares das mulheres assassinadas – estavam entre as diversas estratégias de luta do movimento feminista, acrescentadas aí, no início da década de 80, da proposta de criação de um espaço para o atendimento das mulheres em situação de violência, ainda não enquanto medida pública, mas enquanto uma ala que seria levada pelo próprio movimento – os SOS.

Entre 1980 e 1981, foram criados os SOS, em Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro e esses serviços de orientação e atendimento às mulheres representaram a primeira forma de prestação de serviço jurídico e de práticas de conscientização junto a mulheres em situação de violência. A primeira iniciativa do movimento foi tomar toda essa tarefa pra si. Levemos em consideração que se estava vivendo sob uma ditadura militar, então, resolvemos isso e não irmos até um Estado autoritário.

Os anos 80 trouxeram novas frentes de luta, trouxeram contatos com um Estado em processo de redemocratização, a emergência de um feminismo acadêmico, a criação de

núcleos de pesquisas sobre as mulheres nas universidades brasileiras. Os anos 80 trouxeram, também, mudanças no quadro político e institucional do país que refletiam, entre outros elementos, as próprias lutas travadas pelos movimentos sociais contra a ditadura militar. Exemplos: 1982, as primeiras eleições estaduais livres: no caso do movimento feminista, foram eleitas algumas feministas organizadas em uma articulação suprapartidária, articulação alerta feminista, que possibilitou a aglutinação de integrantes do movimento de mulheres e feministas de Estados e partidos diferentes em torno de vários temas, entre eles, a violência. Então, a intenção aí era, por exemplo, influenciar a plataforma de ações de partidos políticos, fortalecer candidaturas. Um ano mais tarde, em 1983, mais coisas acontecendo. Foram criados onze conselhos estaduais dos direitos da mulher e quarenta conselhos municipais. Em 85, começou a funcionar o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), um dos primeiros órgãos de promoção dos direitos da mulher na América Latina. Só faço um adendo: eu acho que é importante dizer que esse não foi um processo em que reinava uma unanimidade dentro do movimento de mulheres; dentro do movimento feminista não estava todo mundo pensando igual ou pra um lado ou pro outro. A própria questão de se estar demandando ou entrando em contato com esse estado em processo de redemocratização ou as próprias prioridades e questões dentro do próprio Movimento Feminista, isso não era uma coisa igualzinha homogênea e aquietada.

À parte das divisões internas do movimento feminista – sem rejeitá-las nem esquecer-las – eu acho que a gente pode situar o combate à violência contra as mulheres como uma das bandeiras em torno da qual integrantes e setores do movimento feminista se aglutinaram e lutaram por construir uma visibilidade e uma intervenção com relação a essa questão. E essa aglutinação e visibilidade públicas, situadas em algum momento já de algumas análises em relação à atuação dos SOS por parte das suas próprias premissas, aliado a esse processo de lenta redemocratização do Estado Brasileiro, com possibilidades concretas de influência em instituições públicas, por exemplo, através das eleições de candidatas feministas, a criação dos conselhos... quer dizer, algumas possibilidades concretas, digamos assim, de interferência por dentro. Então, nesse contexto aqui, que eu estou tratando muito rapidamente, abre-se a possibilidade de se pensar inclusive de que é papel e responsabilidade desse aparelho estatal fazer o reconhecimento público dessa questão das violências contra as mulheres e, também, apresentar ações públicas alternativas

de atendimento para essas mulheres. Assim, o ano de 1985 marca, para além da criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, um momento de institucionalização, na medida em que se tornou e ainda se mantém, acredito, até hoje, como a maior referência no Brasil para o combate às violências perpetradas contra as mulheres – as delegacias especiais de atendimento, sendo que a primeira delegacia da mulher foi instalada na capital paulista.

Os serviços são delegacias de polícia civil e estão vinculadas às secretarias de segurança pública dos Estados e têm por atribuição principal – pelo menos, oficialmente, porque quando a gente olha por dentro, o leque é muito mais amplo – mas têm por atribuição principal a tarefa de apurar uma série de delitos, de crimes cometidos contra as mulheres. Como é uma experiência inédita, mundialmente falando, naquele momento, em 1985, a primeira delegacia da mulher alcançou um destaque internacional, em alguns periódicos fora do país. E aí, nesse sentido, eu acho ainda que me seja um tanto complicado estar fazendo essas articulações com essas questões do empoderamento. Eu acho que a gente poderia dizer que as delegacias de mulheres, num olhar muito amplo, elas se configuraram sim na primeira alternativa, em termos de serviço público, para um atendimento que é dirigido às mulheres em situação de violência, e o seu funcionamento ser, bem ou mal, essa coisa de ser polícia, enfim, são nuances muito mais complexas, mas o seu funcionamento acabou por reafirmar a existência e persistência dessas violências contra as mulheres enquanto categoria social. E aí, eu digo isso porque é bom lembrar que um dos argumentos muito ouvidos pelo movimento feminista, no início da década de 80 ou quando se começou a pensar nesse tipo de proposta, é de que “vocês estão meio malucas, esse negócio é um negócio que acontece aqui e acolá. Vai pegar e gastar dinheiro pra criar uma delegacia só para mulheres? Vocês estão loucas...”. E aí, quando a delegacia paulista foi criada, nos primeiros seis meses de funcionamento foram registrados 2.038 boletins de ocorrência e, em Salvador, entre queixas e ocorrências, que aqui há uma certa diferenciação, no primeiro ano, foram mais de 8.000. Então, essa história de dizer que a gente está maluca, que isso não existe, não dava mais.

Bom, a partir daí, as reivindicações por criação de serviços semelhantes de delegacias de mulheres se espalharam entre o movimento de mulheres e o movimento

feminista, pelo Brasil, principalmente em capitais. Após a instalação da DEAM⁷ paulista, em 85, foram instaladas delegacias especiais no Rio de Janeiro, ainda em 85, Belo Horizonte, ainda em 85, Salvador, 86, Macapá, 86, Aracaju, 86, Campo Grande, 87, Porto Alegre, 88 – não é um levantamento exaustivo, esses foram alguns exemplos que eu pensei.

As informações a respeito desses serviços voltados diretamente ao atendimento a mulheres na situação de violência, espelham esse contexto histórico que acabou por proporcionar um destaque diferenciado às delegacias de mulheres em relação a outras alternativas de serviços que faziam parte de discussões dos movimentos de mulheres e feministas na época. As pessoas que estavam nesse movimento não estavam só falando em delegacia, delegacia e delegacia. Inclusive, havia uma discussão de integralidade entre serviços. Essa não é uma história nova, a gente não está inventando essa roda agora.

Atualmente (2006) existem 313 delegacias especiais de atendimento a mulheres em funcionamento no país, mas a distribuição desses serviços já mostra uma coisa meio desigual: 13% delas estão localizadas na Região Norte; 7%, na Centro Oeste; 11%, na Região Sul; 56,5%, no Sudeste; e 13%, no Nordeste. Portanto, mais da metade das delegacias de mulheres estão situadas na Região Sudeste. Parte das discussões do movimento de mulheres, do movimento feminista, inclusive aqui em Salvador, se voltou também pra além de delegacia, se falava em centro de referência e casa-abrigo e esses serviços também se fazem presentes hoje, mas em proporções bem menores. Quanto aos centros de referência, são locais, em linhas gerais, destinados a oferecer orientação, atendimento multidisciplinar geralmente nas áreas jurídicas, psicológicas, assistência social. Além de realizar os devidos encaminhamentos a outros serviços, os centros de referência hoje somam em torno de 48 unidades no país e o país tem em torno de cinco mil municípios, quase seis mil municípios. São 313 delegacias de mulheres e 48 centros de referência – de novo, uma distribuição desigual.

Muito bem: sete centros de referência na Região Nordeste, um, na Região Norte, quatro, na Centro Oeste, 33, no Sudeste, e três na Região Sul. No caso de necessidade de atendimento por risco de morte, entram em cena as casas-abrigo e aí o que eu consegui apurar de dados mais recentes, baseada até no livro da professora Heleieth Saffioti, estão funcionando cerca de 80 no Brasil.

⁷ DEAM – Delegacia Especial de Atendimento à Mulher.

Passando para medidas mais recentes... eu vou continuar ilustrando esse quadro, depois a gente pode fazer as articulações. Eu acho que a gente pode fazer uma referência às defensorias públicas para a mulher que objetivam proporcionar as condições necessárias para que as mulheres tenham acesso à justiça, a orientação jurídica e o devido acompanhamento de seus processos. E foi criada, agora, em 25 de novembro de 2005, a central telefônica de atendimento à mulher, o Ligue 180, que atende, não desde o começo, mas, recentemente, passou a atender 24 horas por dia, todos os dias da semana. Tarefa principal do Ligue 180 é receber denúncias, orientar e encaminhar os casos de violência contra a mulher. Aí, só uma informação que eu acho interessante – a própria Superintendência de Políticas Públicas para Mulheres divulgou isso –, o Ligue 180, de segunda a sexta de 7:00 às 18:40, em 19 de abril, passou pra vinte e quatro horas, após quatro meses de funcionamento. A central de atendimento recebeu 11.991 ligações em quatro meses de funcionamento. A Região Sudeste liderou essa busca pelo Ligue 180 em relação ao país. Dentro da região Nordeste, o Estado da Bahia lidera a busca pelo serviço do Ligue 180.

Saindo um pouquinho do aspecto de serviços, eu acho que seria interessante que a gente lembrasse aqui aquela conquista que nós tivemos com a Constituição Federal e aí, novamente, houve toda uma articulação entre os movimentos de mulheres e o movimento feminista, Conselho Nacional de Direitos da Mulher, também nos âmbitos estadual e municipal com a Assembleia Nacional Constituinte. Temos lá, pela primeira vez na nossa Constituição Federal, o reconhecimento da responsabilidade do Estado quanto à coibição da violência intrafamiliar, no artigo 226, §8, e que as constituições estaduais, por consequência, acabaram acompanhando isso. Se não me engano, apenas dois ou três estados no Brasil não têm referência à responsabilidade do Estado para coibir a violência contra a mulher ou dentro da família.

Eu peguei algumas informações no aspecto normativo de algumas leis que trouxeram modificações nesse aspecto, no aspecto legal, a aplicabilidade disso, a efetividade disso. Como isso está sendo articulado pelo judiciário é outra história, mas nós temos algumas leis que, por exemplo, afastam, determinam a possibilidade do afastamento do agressor através de medida cautelar em caso de violência doméstica. A questão da notificação compulsória – que eu sei que tem gente aqui em Salvador trabalhando pra

instalar isso –, a notificação compulsória por parte de serviços de saúde pública e particulares em casos de violência contra a mulher em todo o território nacional. A questão, por exemplo, da supressão da expressão “mulher honesta” – que é ótima! – do Código Penal, e também a questão de que, se o estupro casar com você, você pode ficar tranquila que está tudo resolvido; a tipificação do crime de violência doméstica, também em 2004, teve uma lei que mexeu com isso que tipificou a violência doméstica, mas isso influencia somente em casos de crime de lesão de natureza grave. Ainda continuamos, portanto, com aquela história da Lei 9.099, em que os crimes de menor potencial ofensivo, entre os quais as lesões corporais leves e as ameaças, que é a grande maioria nos registros das delegacias de mulheres, continuam indo para os JECRIMS⁸. E nós estamos agora na expectativa da nossa lei integral de combate à violência contra a mulher, no Projeto de Lei 4.559, que está agora no Senado transitando com outro registro diferente.

Na verdade, eu fui muito franca com vocês no início: eu estou tentando amadurecer essa articulação com a questão do empoderamento, porque eu acho que a questão da violência contra a mulher é de extrema delicadeza, não no sentido de, estou puxando talvez a brasa pro meu lado, mas, por exemplo, teve um momento em que Luiza Bairros fez aquela fala final, antes da gente sair pro almoço, em que ela pensou assim: bom, talvez fosse uma coisa interessante que a gente pensasse como indicativo quando essas mulheres saem da política e, talvez, esse seja o caminho da gente pensar que elas, de alguma forma, construíram algum grau de empoderamento, alguma dimensão de diferenciação nas vidas delas e saem disso, e isso me causou um nó, entre outros muitos que eu estou aqui digerindo. Por exemplo, no caso da violência contra as mulheres, a gente sabe que mais da metade delas sequer chegam às políticas, essas pouquíssimas políticas que existem. Então, como é que a gente vai trabalhar com isso nesse projeto? Vai trabalhar com essas menos da metade que chegam às políticas? Mas como é que a gente pega essas mulheres, e essas mulheres quando vão até lá, se a gente leva em consideração toda a complexidade desse processo em que, não necessariamente, uma ida a essa delegacia signifique uma resolução de que “eu vou romper”, de que “eu vou chegar, que eu entendo que tem um desfecho no judiciário”. Eu estou com muitos questionamentos de como é que a gente vai medir isso no caso da violência contra as mulheres.

⁸ Juizado Especial Criminal.

VERA SOARES:

– Obrigada, Sílvia! Vamos agora passar a palavra para Montserrat Sagot.

**REFLEXÕES TEÓRICAS DO FEMINISMO SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS
DE PREVENÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NA
AMÉRICA LATINA**

MONTSERRAT SAGOT⁹:

Yo quisiera empezar diciendo que se hay algo que las feministas tenemos claro en relación con la violencia es que es un problema social de gran magnitud producto de una organización social estructurada sobre la base de la desigualdad y que esta violencia también sabemos afecta sistemáticamente a millones de mujeres en todo el mundo. Para poner un ejemplo, en Costa Rica los resultados de la encuesta nacional de violencia contra las mujeres, es una de las pocas encuestas a nivel nacional, con una muestra aleatoria que se han hecho, nos mostraran que el 58% de las mujeres había experimentado al menos un incidente de violencia física o sexual desde los 16 años y que la mayoría de las ocasiones esa violencia había sido ejercida por un hombre cercano. Por lo menos en Costa Rica ya sabemos que casi el 60% de todas las mujeres que habitan en el país han sufrido al menos algún incidente de violencia física o sexual.

Nosotras también partimos de que la violencia contra las mujeres es un componente estructural del sistema de opresión de género. Y que además es una de las expresiones más brutales y explícitas de la dominación y de la subordinación. De hecho, el uso de la violencia es una de las formas más predominantes y generalizadas que ayudan al ejercicio de la autoridad masculina.

⁹ Professora Catedrática de la *Escuela de Antropología y Sociología* y del *Sistema de Estudios de Posgrado de la Universidad de Costa Rica*, desde 1990; Doutora em Sociologia, especializada em Sociologia de Gênero pela *American University*, de Washington/Estados Unidos.

Yo creo que es importante plantear que aunque el derecho legal de los hombres a ejercer violencia ya no es explícitamente reconocido en la mayoría de las sociedades occidentales. Toda vía tenemos el legado de leyes antiguas y de prácticas sociales abiertamente aprobadas que continúan generando las condiciones que permiten esta violencia. Aunque las leyes ya no brinden a este apoyo explícito, la inacción, la indiferencia, las políticas y procedimientos contradictorios de las instituciones sociales continúan reflejando ese ideal de la posición subordinada de las mujeres y el derecho de los hombres a controlar y dominar hasta haciendo uso de la violencia. Quisiera decir que esta histórica falta de acción estatal en este terreno refleja la concepción de que ciertos aspectos de la vida social, en particular los que se configuran dentro del hogar o del ámbito denominado privado, deben de estar fuera del control del Estado. No me da tiempo de ahondar en esto, pero esta es una herencia que tenemos de nuestro querido Aristóteles.

En las sociedades occidentales las ideas de paz y de seguridad están fuertemente asociadas con la institución de la familia, tanto que algunos pensadores conservadores como Talcott Parsons, un sociólogo norteamericano, le llaman a la familia el paraíso en un mundo sin alma. Como consecuencia ha sido, y esto había difícil para muchas personas aceptar el hecho de que las violaciones a los derechos humanos de las mujeres tienen lugar mayoritariamente dentro del hogar o en el contexto de las relaciones cercanas. Pero la verdad es que para las mujeres la familia es el grupo social más violento y el hogar el hogar más peligroso. La violencia contra las mujeres es de hecho la piedra angular de la dominación de género.

Ha sido el movimiento de mujeres y en particular el movimiento feminista el que desde los años 70 inició la visibilización de esta violencia como un problema social y político producto de la posición subordinada que tenemos como género. Se inicia así un proceso para tratar de romper con el mito de que esta forma de violencia es un asunto privado y normal dentro de la dinámica familiar y que por lo tanto debe de mantenerse fuera de los alcances de la justicia y de la intervención del Estado. El movimiento feminista logró sacar así a la luz el problema y contribuyó a mostrar que la dicotomía entre lo público y lo privado o entre lo personal y lo político es artificial. Y que consecuentemente, dado que esta dicotomía es artificial, se abrió el camino para plantear demandas concretas de intervención estatal.

En los primeros años de la década del 90 se crean en todos los países de la región muchas acciones. Las primeras acciones vienen de hecho desde la década de los años 80. Pero en los años 90 es cuando se constituye con más fuerza en toda América Latina. En el ámbito gubernamental, como ya lo explicó la compañera, los 80 y los 90 era una época de conflictos armados o de situaciones de dictaduras militares que no permitieran en estas épocas un avance muy significativo. La violencia, por lo menos en Centroamérica, no se consideraba como un asunto importante, la violencia contra las mujeres, porque teníamos la gran violencia de la guerra, o la gran violencia de la represión del Estado. Y por lo tanto, la violencia contra las mujeres era considerada un problema demasiado pequeño frente a la otra gran violencia que vivía la sociedad.

Sin embargo, en un proceso que ha ido avanzando a partir de la década de los 90, el movimiento feminista ha hecho varias contribuciones teóricas que las voy a enumerar:

La primera es el ubicar este problema de la violencia como un problema de poder. Producto de un sistema estructural de opresión de género. Se bien la relación entre violencia y poder ha sido planteada en otras ocasiones por las ciencias sociales esta fue quizá la ocasión en que resultó más difícil hacerlo ya que existían numerosos elementos que ocultaban la relación de poder. Por ejemplo, se hablaba de causas innatas o biológicas, de drogas, de alcohol, de pobreza, de provocación o de masoquismo de las mujeres etc. Un hilo conductor en todo este proceso fue el relacionar justamente la violencia con la posición de subordinación que como género tenemos.

Hemos hablado de las leyes hechas por los hombres para mantener su dominación de género, de la policía como guardiana de esta orden patriarcal, de las instituciones estatales insensibles al dolor y las necesidades de las mujeres, de la educación que acuña hombres agresores y mujeres desempoderadas, de las iglesias con su discurso de perdón, de la moral judeocristiana de culpa y renuncia a la felicidad y también de la estructura de propiedad y crédito que coloca los recursos económicos en manos masculinas, de la estructura política formal que excluye a las mujeres y de las costumbres y tradiciones que son prácticas estereotipadas, ritos de mantenimiento del orden establecido entre los géneros. Hemos hablado de todas las instituciones sociales y de cómo la violencia contra las mujeres es causada por esta organización social estructurada en relaciones de poder.

En segundo lugar hemos planteado que si bien la socialización de género fomenta y propicia la agresión de las mujeres esta no es la causa de fondo. Esta es una explicación demasiado micro social como para darnos cuenta de todas estas relaciones tan grandes de poder. De hecho, entonces, la socialización de género la tenemos que dejar como una categoría que nos ayuda a entender algunas cosas, pero no es la que explica la violencia de género. En ese sentido, lamentablemente las propuestas que lo hay que hacer es educar y cambiar los roles de género no son suficientes para atender a este problema.

Como tercer punto hemos planteado que este problema es un problema de negación de derechos ciudadanos, de seguridad pública y de exclusión social. En ese sentido, la violencia contra las mujeres ha sido concebida como un asunto de justicia, no como un problema individual, privado, familiar o de relaciones, sino de problema publico estrechamente vinculado con la ciudadanía. ¿Qué quiero decir con esto? Con la distribución social de los derechos y deberes de las cargas y beneficios donde las mujeres, en particular las abusadas, se encuentran en una situación de negación de derechos y beneficios. Hemos hablado también y hemos demandado entonces de las instituciones sociales una concepción amplia de justicia que permita la construcción de una sociedad que contenga y sustente las condiciones sociales necesarias para que todos los miembros se desarrollen.

Como cuarto punto desde la reflexión feminista hemos establecido la relación entre los distintos tipos de violencia, desde la psicológica o emocional hasta la violencia política. Hemos planteado además una similitud de las causas de esa violencia. Un sistema estructurado sobre las base de las jerarquías. Hemos demostrado como hasta en las guerras las mujeres siempre llevamos la peor parte aún que no participemos en las batallas.

Como quinto punto, algunas organizaciones del movimiento feminista, en particular en Centroamérica desarrollaron su planteamiento de que los procesos de paz y democratización necesitan garantizar una vida libre de violencia y abuso de poder a toda la población sin importar el espacio donde se ejerza la violencia o quienes sean los perpetradores. De esta manera, frente a las propuestas y firma de acuerdo de paz en Centroamérica, las feministas platearon que no podía haber paz si esta no comenzaba en casa. Un lema similar ya habían usado las chilenas cuando demandaron democracia en la calle y en la casa. En la década de los 90 el movimiento feminista consiguió algunas de sus más relevantes conquistas ya que logró colocar la violencia en la agenda mundial y trasladó

parte de sus concepciones a declaraciones internacionales. Esos instrumentos y declaraciones han sido de gran utilidad al movimiento para demandar acciones particulares en cada país argumentando la responsabilidad que le compete a los Estados tanto por acción como por omisión. Porque en realidad, la política de los Estados como política había sido no tener políticas. Pero también, por eso demandamos la responsabilidad de los Estados por acción pero también por omisión.

Como parte de los instrumentos desarrollados por el feminismo se han planteados además algunos parámetros para valorar las leyes y las políticas en materia de violencia contra las mujeres. Algunos de esos parámetros son para cuando analizamos las leyes y las políticas.

1. Que la violencia debe ser abordada y conceptualizada como una manifestación de las relaciones desiguales de poder.

2. Que las leyes políticas y programas deben servir para empoderar a las mujeres individual y colectivamente y nunca para revictimizarlas.

3. Que las normas deben ser efectivas para enfrentar en la práctica la naturaleza y magnitud del problema, así como sus diversas manifestaciones.

4. Que en conjunto las leyes y políticas deben contemplar todas las dimensiones señaladas por la convención de Belém do Pará. Que las leyes y políticas deben contemplar la prevención, la protección, la sanción, pero también la reparación integral del daño.

Voy hablar muy brevemente de los principales logros en América Latina. En los últimos quince años ha habido muchos avances en la región. En cuanto a las normativas nacionales varios países tienen disposiciones constitucionales relacionadas con los derechos de las mujeres a una vida libre de violencia, lo cual es muy importante que eso se traslade a la constitución política. Por ejemplo: Colombia, Ecuador y Paraguay, y yo entiendo que también Brasil pero luego me aclaran si estoy equivocada. Se han creado también normas específicas de violencia contra las mujeres en la región, por ejemplo leyes especiales para la violencia y también modificaciones a los códigos penales.

Muchos países han realizado modificaciones tendientes a tipificar la violencia sexual, cosa que antes no se hacía. Y las modificaciones en este sentido han logrado que los delitos sexuales dejen de ser tipificados en algunos países como delitos contra la honra y las buenas costumbres y pasen a ser considerados como delitos contra la integridad sexual.

Otra manifestación de la violencia que ha sido incorporada en la normativa es el hostigamiento o el acoso sexual. Algunos países como Argentina y Costa Rica incluso tienen leyes específicas. Hay un importante avance en términos de la implementación de políticas públicas dirigidas a abordar esa problemática. En la gran mayoría de los países de la región hay políticas públicas generales y sectoriales. Y estas políticas además, generalmente se ejecutan por medio de acciones conjuntas entre los organismos coordinadores y los comités nacionales o sectoriales. En la elaboración de las políticas ha habido una relación importante entre el movimiento de mujeres y el Estado. Y ha habido también campañas para visibilizar el problema y para denunciar la violencia contra las mujeres.

El movimiento feminista en este sentido se convirtió en un vehículo para ampliación de la democracia y produjo algunas rupturas en el sistema patriarcal al permitir que las voces de las mujeres, las más excluidas y las abusadas pudieran ser un instrumento de movilización. [...] En la medida que las propuestas del movimiento feministas ganan aceptación social corren el riesgo de perder su carácter subversivo y transformador. Porque las instituciones empiezan a apropiarse de los discursos y planteamientos feministas, los acomodan a su lógica y a su interés, y como decimos en Costa Rica, lo descafeínan. Le quitan el poder absolutamente radical y transformador que tenían.

En ese sentido, muy brevemente, la aprobación de normas y leyes en América Latina no ha estado en consonancia con Belém do Pará, no se ha aprobado legislación específica de violencia contra las mujeres sino violencia intrafamiliar o violencia doméstica donde el bien protegido es la familia y no son sus integrantes como cuerpos individuales. Además, el principal ámbito de acción de la nueva normativa es la prevención y la atención. No todas las leyes tienen un carácter punitivo, lo que implica impunidad de la violencia y de quienes las ejerzan. Y en general, la penalización sólo se aplica cuando la conducta es muy seria o muy grave y está tipificada en los códigos penales, de otra forma no se castiga la violencia. Estas normas que son de violencia doméstica o intrafamiliar desconocen las particularidades de la violencia contra las mujeres y en muchos casos se pueden revertir contra las propias afectadas al ser simplemente neutrales al género.

La resistencia de los Estados y de las instituciones para abordar el problema específico se ven, no sólo en las leyes, pero también en los servicios que se ofrecen. Esos servicios todos, yo no conozco muy bien las delegacias en Brasil, pero yo pienso que todos prácticamente tienen un enfoque asistencialista desprovistos de una perspectiva de derechos y de una visión articulada cuyo proceso sea la radicación de la víctima. En Centroamérica al menos en estos servicios se trata las mujeres como beneficiarias, necesitadas de ayuda o víctimas a las que hay que atender y suportar, muchas veces como un favor. No se las trata como ciudadanas con derechos y muchísimo menos como ciudadanas con derecho al debido proceso a la justicia y a vivir libre de violencia.

Existe, además, una tendencia a minimizar los daños y a definir la conducta de los agresores como una falta menor. Y últimamente a proponer el tratamiento psicológico de los agresores como una pena alternativa. Además en muchos países se ha privilegiado la conciliación entre las partes, incluso en arreglos extrajudiciales con lo cual se desjudicializa el problema de la violencia. Y además, por supuesto, sin considerar las relaciones desiguales de poder que hay entre las personas que están allí.

Las leyes tampoco han reconocido la diversidad de mujeres y la multiplicidad de formas en que se manifiesta la violencia. No hay diferencias en términos de la violencia según las diferentes clases sociales, las edades, las etnias, las religiones, las opciones sociales etc. Por ejemplo la normativa para la niñez y la adolescencia no aborda la especificidad de género y además hay una gran carencia de legislación para prevenir y atender la violencia sexual o el tráfico con fines de explotación sexual. La mayoría de los ordenamientos jurídicos no han tipificado la violencia en contextos específicos como la violencia sexual en espacios educativos, en los establecimientos de salud o en el trabajo.

Y finalmente el problema, yo diría más grueso, es que las políticas públicas relativas a la violencia ocupan un lugar marginal dentro de la política nacional. Estas políticas ni siquiera han sido incorporadas en los planes de desarrollo, ni se asumen como políticas de Estado. En ese sentido tienen un carácter coyuntural y no representan compromisos nacionales de largo plazo. Ni siquiera han recibido una adecuada asignación de recursos ni cuentan con mecanismos de monitoreo y evaluación. La capacidad de cobertura no responde a la magnitud del problema, o a la necesidad de las mujeres y además, muchas veces dependen de la cooperación internacional. Al depender de la cooperación

internacional no hay un compromiso de los gobiernos, quienes aprovechan la temporalidad del financiamiento para no hacer compromisos de largo plazo.

Otro problema muy serio que tenemos es que nos estamos enfrentando a una sociedad cada vez más conservadora donde se ha producido ya no una acción organizada sino una reacción organizada de los grupos más conservadores que intentan justamente frenar los avances y no permitir que sigamos ni un paso más en esta lucha. Esos grupos conservadores ahora están íntimamente relacionados con muchos gobiernos de América Latina. En Costa Rica en la última legislatura la ministra de la condición de la mujer era de la Opus Dei, o sea, que están ocupando incluso los espacios que hemos ganado históricamente.

En ese sentido yo quiero concluir que las relaciones entre el movimiento feminista y la sociedad en este terreno son muy problemáticas y están plagadas de contradicciones. Por un lado se avanza en la incorporación de nuestras demandas en la agenda estatal, pero por el otro lado, nuestras propuestas son vaciadas de su más importante instrumento de análisis que son las relaciones de poder. Nuestros planteamientos radicales y transformadores se reciclan en el Estado, pero reciclados en una mala forma y nos son devueltos bajos leyes políticas y programas que no son amenazantes para el orden establecido. Sin embargo yo quiero decir una nota positiva, estas leyes, estos programas y estas políticas sí han servido para algunas mujeres, han salvado vidas, han ayudado en algunos contextos a empoderar individualmente algunas mujeres. Algunas mujeres ahora sienten que su problema no es absolutamente un problema privado.

Yo creo, en este sentido, a pesar de la crítica que he hecho que sin perder el norte del horizonte, que nos ha llevado el feminismo, como un proceso de transformación social general. Si hay que seguir luchando por leyes, por políticas y por programas porque yo ya no estoy convencida, excepto algunas pocas ocasiones en que las revoluciones son procesos grandes y radicales, yo también creo que hay revoluciones que se van construyendo día a día. Y en ese sentido yo creo que la revolución feminista aunque de espacio desde hace doscientos años también se ha ido construyendo día a día.

VERA SOARES:

– Muito obrigada, Montserrat! Vamos ouvir agora a Elisiane Pasini.

ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO E DE COMBATE À VIOLÊNCIA: OS PROGRAMAS DAS PLP'S E DAS JMC'S

ELISIANE PASINI¹⁰:

Boa tarde.

Eu quero, primeiramente, agradecer ao convite para a ONG Themis Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero para participar desse seminário o qual, com absoluta certeza, tem trazido muitas trocas que vão contribuir pra mim, individualmente, e também no coletivo, pra continuidade do nosso trabalho. Eu já vinha conversando com a Cecília e agora vou falar publicamente que, desde o momento que a gente recebeu o convite, e nós fizemos essa discussão sempre no coletivo com a equipe, a gente decidiu que eu viria para cá trazendo justamente a experiência que nós temos na ONG Themis e pra falar dos nossos dois programas. Essa decisão foi justamente porque a gente acredita que o que a gente tá fazendo lá é uma forma de empoderamento das mulheres e, por isso, também é uma forma de falar da violência contra as mulheres. Minha fala vai ter dois momentos e no primeiro momento eu vou apresentar a ONG Themis, porque eu acho que faz sentido pra nós e, depois, um pouco das linhas dos nossos dois programas e, no segundo momento, falar um pouco da prática disso como é que elas fazem nas suas vidas práticas. Enfim, como vocês perceberam, eu não vou falar exatamente aquele título que estava no programa. Então, não fiquem bravas comigo, mas essa foi uma outra decisão. É, então eu vou aqui falar realmente dos nossos dois programas, que a gente assim compreende como uma estratégia de combate

¹⁰ Possui Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1996); Mestrado em Antropologia Social (2000) e Doutorado em Ciências Sociais (2005), pela Universidade Estadual de Campinas. Atualmente é coordenadora geral da Themis – Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero. Tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em Antropologia, atuando, principalmente, nos seguintes temas: relações de gênero, prostituição feminina, cidadania, corporalidade e grupos populares.

e prevenção à violência, que são os programas das Promotoras Legais Populares (PLPS) e Jovens Multiplicadoras de Cidadania (JMC).

A Themis Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero tem sede em Porto Alegre no Rio Grande do Sul. Foi fundada em março de 1993, por iniciativa de um grupo de advogadas feministas direcionadas à promoção e defesa dos Direitos Humanos das mulheres, tendo como missão a ampliação de acesso das mulheres à justiça. Consideramos que as desigualdades nas relações sociais são estruturadas a partir de diferenças fundantes da sociedade: gênero, classe social, raça, geração e orientação sexual. Essa concepção nos permite pensar a construção da igualdade entre homens e mulheres fundadas no marco teórico dos direitos humanos refletindo-se sobre a instituição do Direito, a construção dos sujeitos bem como suas relações a partir dessas diferenças. Para o agenciamento de sua missão, a Themis opera segundo três áreas de atuação: a formação de promotoras legais populares e jovens multiplicadoras de cidadania, advocacia feminista e um centro de documentação, estudos e pesquisas. Entretanto, a minha fala se centrará em apenas uma linha de atuação, que é justamente a capacitação e a formação legal de mulheres jovens e adultas, que são os programas das PLPS e, mais recentemente, das JMCS. Ambos os programas visam a capacitação de mulheres, lideranças comunitárias, moradoras de periferia, em cursos de capacitação em noções de direitos humanos e das mulheres, organização do estado e do poder judiciário. Após essas capacitações, essas mulheres retornam às suas comunidades como multiplicadoras de informações, contribuindo para o exercício da cidadania.

Um dos grandes diferenciais desse trabalho desenvolvido por PLPS e JMCS é o reconhecimento das mesmas junto às comunidades e a linguagem utilizada nos atendimentos, defesa ou atividades de educação, prevenção, linguagem essa que provoca importante significação na vida prática. Por certo, apesar das especificidades de cada programa que eu vou falar daqui a pouco, em ambos os programas há um objetivo comum, que é a capacitação dessas mulheres jovens e adultas, como eu já falei, de camadas populares, para o exercício de seus direitos humanos e para atuarem como multiplicadoras desses conhecimentos em suas comunidades.

O Programa das Promotoras Legais Populares se dá a partir da missão institucional da Themis, de ampliação de acesso das mulheres à justiça e para tanto se efetiva através da

capacitação legal para mulheres. Nisso se fala sobre os direitos Humanos. É um curso com cerca de cem horas, com várias temáticas, em que a gente convida, na maioria das vezes, facilitadores e facilitadoras para virem falar junto às PLPS. E, principalmente com as PLPS, se tem um tema mais específico, que é justamente no campo da violência e das discriminações dos direitos sexuais e reprodutivos e também sobre a organização do Estado e do poder judiciário. Com uma metodologia própria, criada e desenvolvida há treze anos – que a gente já tem uma publicação que depois eu posso mostrar pra vocês, eu trouxe alguns exemplares, também –, a Themis realiza as capacitações com vista a essa multiplicação de informações em um número cada vez maior de pessoas em histórica e reconhecida situação de vulnerabilidade na violação dos direitos humanos.

A metodologia Themis parte do pressuposto que o impedimento para o exercício real da cidadania se dá, justamente, pelo desconhecimento acerca de direitos e de como isso se faz no seu agenciamento. Após a capacitação legal, as PLPS passam a atuar nos serviços de informação à mulher (SIM), locais mantidos pela Themis e localizados em bairros periféricos onde as PLPS realizam trabalhos voluntários para defesa, atendimentos a mulheres em plantões semanais, prevenção, realização de oficinas, feiras e campanhas comunitárias para a sensibilização e informação e promoção, representação do projeto em conselho, conferências em cursos em outras ONGs, outros trabalhos nos direitos humanos das mulheres.

Atualmente, existem dezoito serviços de atendimento e informação à mulher, em efetivo funcionamento, em todo Estado do Rio Grande do Sul dos quais sete são mantidos pela Themis. Desde 93, foram formadas diretamente pela Themis cerca de 250 PLPS em Porto Alegre e Região Metropolitana do Estado e a relevância e a utilidade pública desse projeto pioneiro no país impulsionaram a multiplicação da metodologia de capacitação legal tanto em âmbito Estadual com em âmbito nacional. No Estado do Rio Grande do Sul, foram capacitadas entidades de onze municípios, o que gerou uma implementação na rede da rede estadual de justiça e de gênero que está em todo vapor. No Brasil, 56 ONGs de todas as regiões do país foram capacitadas pela Themis, o que hoje representa mais de mil PLPs formadas e atuantes em todo o país. A partir de 2003, a Themis percebeu a necessidade de intervir mais cedo na drástica realidade que assola as mulheres jovens no nosso país, introduzindo mais uma linha de intervenção, ao construir uma metodologia para

capacitá-las, assim como o objetivo de dar continuidade em sua missão constitucional bem como os programas desenvolvidos junto à população de bases populares, tendo em vista que o déficit de cidadania existente junto a essa camada da sociedade é maior, o que impede o pleno exercício e garantia dos direitos vulnerabilizando ainda mais essa população, que desenvolvesse o programa de jovens multiplicadoras de cidadania. Parte-se da premissa de resgatar a noção de cidadania enfocando o protagonismo juvenil sempre calcada na metodologia Themis de capacitação legal com didática pedagógica fundamentada na educação popular construtivista. O curso é estruturado pensando numa capacitação política desses grupo de jovens mulheres da periferia de Porto Alegre. Elas têm entre quatorze e vinte anos e atuam como multiplicadoras dos conhecimentos sobre direitos humanos, direitos das mulheres, feminismo, relações de gênero, protagonismos juvenis, saúde sexual e reprodutiva, entre outros.

Após a capacitação legal, as JMCS passam a atuar multiplicando as informações recebidas junto a outros e outras jovens das suas comunidades. Através, assim como as PLPS, da participação efetiva junto a fóruns, redes, entidades não governamentais, como ONGs, associações de bairros, e governamentais, como escolas, postos de saúde. Essa trajetória tem resultado em importantes espaços de diálogo e interação. As ações são marcadas pelo diferencial agregado pelas jovens com relação ao uso das linguagens, domínios de códigos e valores culturais em que estão imbricados os demais jovens, público-alvo de suas atividades. São jovens falando com jovens.

O programa para JMCS busca conquistar um espaço de autonomia, de protagonismo e de participação política para estabelecer o lugar da jovem mulher na sociedade. Preocupamo-nos com a jovem mulher estudante, trabalhadora, barladeira política, transformadora da sociedade, da sua comunidade. Aquela que tem como um ideal um compromisso social com a cidadania, aquela que tem vontade de se envolver e vive com o sentimento de pertencer: pertencer à cidade, à família, aos amigos, à escola, à vida pública, ao teatro, à vida política, ao protagonismo, à diversidade e aos direitos humanos. É desse lugar que as JMCS se constroem como jovens mulheres capacitadas e empoderadas.

Depois de apresentá-los muito rapidamente, as linhas gerais dos dois programas, vocês devem estar se questionando: – “Ok. Mas o que tudo isso tem a ver com a proposta que foi apresentada?”. Bom, a partir dessa perspectiva de capacitação e atuação, que

chamarei de ideal Themis, é que estamos construindo estratégias de prevenção e de combate às violências contra as mulheres. Vejamos, especificamente, como isso tem sido construído entre as PLPS e JMCS e o público que elas convivem: identifica-se que o impacto causado entre as participantes nos cursos de capacitação tem provocado importantes e significativas transformações, primeiro, nas suas vidas pessoais, e depois, nas suas famílias e comunidades. Um dos principais objetivos alcançados é a colocação do sujeito capacitado em um outro lugar e o fomento do exercício da cidadania a partir da tomada de consciência de direitos e a ampliação desses para parcelas cada vez maiores. Para melhor entender o lugar que trabalhamos na Themis, é preciso, antes, apresentar o conceito de violência. Violência de gênero é aquela discriminação em relação ao gênero masculino ou feminino, partindo, sim, de que gênero é um conceito relacional e se refere às construções culturais de valores que significam diferentes comportamentos, atitudes, visão de mundo de homens e de mulheres. Na nossa sociedade, essas diferenças se tornam desigualdades baseadas nas relações de poder em que o gênero feminino tem sido historicamente subordinado ao gênero masculino. Isso quer dizer que existe comportamentos padrões que colocam o feminino como lugar de maior violência. Para compreender a violência a partir da perspectiva de gênero, é preciso entender as construções culturais que significam as práticas dos homens e das mulheres: aqui, por certo, há uma disputa de poder. Assim, pra ONG Themis, na compreensão da estrutura de relação de violência, é preciso perceber cada situação, de forma contextual, através das mais diversas experiências dos indivíduos dentro dos seus universos culturais de referências, para assim poder contribuir na luta pelo lugar da não vitimização da mulher. Estamos aqui para construir o lugar de todas nós como sujeitos sociais.

No dia a dia, o trabalho das PLPS e das JMCS é diferente; a atuação das PLPS, como eu já expus rapidamente, se dá de três maneiras: na defesa, que é a orientação e triagem da demanda de violação de direitos que se dão nos atendimentos junto aos SIMs; da prevenção de violações, que são as... a gente chama de educação sociocomunitária... que são as oficinas, trabalhos em mutirões, e aqui, principalmente, trabalhos pra se pensar e se reconstruir algumas temáticas; e a promoção de direitos, que é a participação e representação do projeto em outros lugares. As PLPS são militantes de ações políticas e representantes dos movimentos sociais. Isso significa que a PLP é uma agente política que

atua diretamente na promoção dos direitos e na democratização do acesso à justiça. Essas mulheres atuam junto a suas comunidades e à sociedade como um todo, já que também são atuantes em outros movimentos sociais. Nos seus atendimentos nos SIMS, há um número grande de atendimentos e de encaminhamentos de mulheres que sofreram violência contra a mulher e que, depois, eu posso contar um pouco mais sobre isso. Já as JMCS trabalham numa linha de prevenção e informação, as jovens não irão atuar e delegar agenciamentos em demandas legais, mas, no entanto são multiplicadoras de cidadania e isso significa construir com outros e outras jovens uma prática de empoderamento. E pra isso eu queria contar três situações vivenciadas junto às JMCS.

O programa, esse que eu coordeno, por isso eu sei falar um pouco mais sobre o programa. Denise 18 anos, uma jovem multiplicadora de cidadania, enquanto nós estávamos dando uma entrevista para um jornal local e eu explicava a dificuldade de termos financiadores porque eles querem ver a prática, a mudança nas mãos, e eu estava numa argumentação assim, nós estávamos porque nós somos um coletivo, elas estavam lá, obviamente, e a Denise disse pra mim: – “Como assim, Lis, tá louca? Eu sou a transformação, eu tou aqui”. E aí eu falei: – “É”. E ela continuou em sua argumentação dizendo: – “Olha, se eles querem saber o que é que a gente mudou, vem ver a minha vida. Eu falo diferente, eu penso diferente, eu sou uma outra mulher. Uma outra JMCS Bruna de 15 anos, super atuante, vinha conosco na batalha, desapareceu, e eu tenho uma prática, eu sou Antropóloga, tenho essa prática de estar na base. E lá fui eu lá no lugar em que ela mora conversar com pai, com mãe. E a mãe dela disse: – “Olha a Bruna vai sair do programa porque ela tá cheia de direitos. Ela chega em casa e fica usando isso contra a gente, ela tá rebelde e eu não quero mais isso. Porque daqui a um pouco ela já tá dizendo pra irmã dela que tem que ser assim, ela tá sabendo mais do que eu e isso não tá certo”. Terceira situação: uma jovem, Ananda, de 15 anos também um dia desses que eu estava na casa dela me contou que ela, com uma amiga, juntas – uma amiga que não faz parte do programa da Themis – conseguiram conversar com a mãe dessa amiga e fazer uma denúncia do pai dessa amiga, que é um agressor. Enfim, eu acho que essas três situações, que a gente pode falar depois com mais tempo, são alguns exemplos dessas performances de ser uma JMCS nos seus cotidianos. E são experiências de empoderamento e também de uma maneira de uma luta contra a violência. Entendo que ambos os programas procuram

construir uma maneira de formação e articulação de empoderamento para e com, que eu aprendi ontem com a Cecília, para e com essas mulheres, para que elas atuem junto a suas comunidades. As PLPS e JMCS estão se construindo enquanto sujeitos políticos, enquanto sujeitos do Feminismo, mas tudo isso só é possível porque há uma certeza da força do coletivo e da transformação contínua. Entretanto, por certo, o que retratei aqui é uma experiência na qual estamos o tempo todo nos questionando, elaborando e reelaborando os nossos caminhos. Nós – técnicas da Themis, PLPS e JMCS –, já que fizemos tudo isso em conjunto.

VERA SOARES:

– Muito obrigada, Elisiane. Vamos agora passar a palavra para Heleieth, nossa última expositora nesta mesa.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À VIOLÊNCIA COMO INSTRUMENTO DE EMPODERAMENTO DAS MULHERES

HELEIETH SAFFIOTI¹¹:

Para que vocês entendam o que vou dizer, começo por algo que disse aqui essa companheira, Elisiane. Ela disse que a sociedade em que vivemos, as ocidentais (não me lembro se foi tão ampla a afirmação dela) são estruturadas por relações de gênero, por relações de raça e etnia e classes sociais agregando a geração e a orientação sexual. Quanto à orientação sexual, eu nunca fiz pesquisa sobre isso, mas uma reflexão rápida me levou à conclusão de que não cabe, e geração, ainda que eu considere extremamente importantes

¹¹ Graduiu-se em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP), em 1960, quando começou suas primeiras pesquisas acadêmicas sobre a condição feminina no Brasil, tema que seria objeto de sua tese de livre-docência para a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara, da Universidade Estadual de São Paulo (UNESP), intitulada *A mulher na sociedade de classe: mito e realidade*, defendida em 1967. Foi professora de Sociologia da UNESP, posteriormente, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Pesquisadora do CNPq. Faleceu em dezembro de 2010, em São Paulo.

essas duas, não cabem como estruturantes. Por quê? Eu descobri, não faz muitos anos, lendo a história das mulheres, que é um fator de empoderamento bárbaro, conhecer a sua própria história, tanto que os negros no Brasil, quando tentaram, várias vezes, se colocar numa situação de igualdade com o branco foram buscar as suas raízes, foram buscar a sua cultura, ou seja, foram estudar a sua história. Então, conhecer a sua história, sem dúvida nenhuma, é um fator de empoderamento muito grande. Eu disse que geração e orientação sexual, ainda que importantes, não cabem ser pensadas como estruturantes. Os outros três eixos são estruturantes. E por quê? Bom, eu tinha começado a dizer que, não faz muitos anos, eu descobri que o racismo e o sexismo são irmãos gêmeos, univitelinos até. Por quê? As classes sociais têm uma história muito diferente do racismo e do sexismo. Elas são muito novas, elas nascem num contexto já sexista e já racista, as classes sociais já se formam com essas duas qualificadoras racistas e sexistas. Mas por que são irmãos gêmeos o racismo e o sexismo? Porque, na história remota, havia povos que conquistavam outros povos e o que o povo conquistador fazia com o povo conquistado era o seguinte: os homens que constituíam uma ameaça muito grande eram sumariamente liquidados, assassinados e as mulheres eram incorporadas à força de trabalho, mas, também, deveriam prestar favores sexuais aos homens do povo conquistador, ou seja, elas entravam como mulheres, como reprodutoras de força de trabalho e como força de trabalho. E até hoje as mulheres entram no mercado de trabalho como mulheres, não entram como trabalhadoras. Outra questão que me parece caber aqui, mas só para esclarecer, que se diz, muitas vezes, que a mulher é menos qualificada que o homem. Não é verdade. Mesmo quando a mulher recebe a educação tradicional, ela está muito bem qualificada para essa sociedade. Porque nessa sociedade ela deve ser marginal.

Mas, voltando aos três eixos estruturantes da nossa sociedade. Por que eles são estruturantes? Porque, se a burguesia tem um projeto de dominação e exploração a longuíssimo prazo, o racismo e o sexismo também têm esses projetos: cada um tem o seu projeto de dominação-exploração. Eu uso essas duas palavras separadas por um hífen e tomando cuidado de inverter a ordem, de vez em quando, para que o leitor não pense que se trata de dois processos diferentes. Se trata de um único processo com duas faces distintas, aliás, vocês duas, a Montserrat e a Sílvia, falaram em opressão da mulher. Eu leio isso em muitos livros e artigos – ninguém define opressão. E, um dia, eu resolvi definir porque a

opressão de classe tem a sua teoria correspondente, nós sabemos do que se trata. Mas sobre a opressão da mulher não há nenhuma teoria, então, eu coleí esse conceito de dominação e exploração como sendo a opressão da mulher e claro que tem uma teoria por trás. Vejam bem: para levar a cabo a execução desses projetos de exploração e dominação usa-se muita ideologia. Usam-se a ideologia de classe, a ideologia de gênero, a ideologia racial. Mas a ideologia só não dá conta. Nós sabemos, a Tereza de Lauretis estudou bem essa questão, nós sabemos que há tecnologias de gênero muito importantes, tanto importantes para empoderar as mulheres quanto são importantes também outras para colocá-las na posição de submissas. Entretanto, por mais que se usem ideologias, elas não garantem a realização desses projetos, então, tanto os racistas quanto os homens e também os burgueses usam de violência para garantir a execução desses projetos. Então a violência nesse tipo de sociedade é necessária. Pra nós eliminarmos a violência, nós temos que mudar profundamente a estrutura. Porque, vejam, a ideologia não é apenas um conjunto de ideias. Ela se materializa, ela se corporifica, ela assume formas, ela é material. E, mesmo assim, ela não dá conta. É preciso praticar a violência. Então, se a violência é necessária e nós não queremos violência, é preciso fazer mudanças estruturais profundas.

Mas porque eu não estou de acordo com a inclusão de geração e de orientação sexual? Porque não gozam do mesmo estatuto teórico que os três eixos que eu mencionei e que ela também mencionou. Geração, por exemplo, não sei, alguém pode ter visto uma peça chamada “Uma relação tão delicada”. Essa peça mostra exatamente a efemeridade da dominação e exploração do adulto sobre a criança, sobre o adolescente. Porque chega em um certo momento da relação em que o adulto já é um idoso, a criança já se tornou adulto e o idoso é que estará sujeito à dominação e exploração do adulto. Então, ela é intercambiável e rápida. Ela não tem uma longa duração, então, não pode gozar do mesmo estatuto teórico. E eu não vejo em orientação sexual um projeto de exploração e dominação. Acho que as sociedades estão se abrindo bastante celeremente para homossexuais e até bissexuais. Há países que, pelo menos um, que já legalizou o casamento – a Holanda fez isso – o casamento entre homossexuais. E eu não vejo porque a luta dessa gente é diferente da nossa luta, diferente da luta contra o racismo, diferente da luta contra essa sociedade de classes que, apelando nessa globalização subordinada na qual nós entramos

subordinadamente, preferem usar a máquina ao ser humano e com isso gerando muito desemprego.

Eu já escrevi, num livro publicado em 95, eu penso, isso eu refletindo sobre o Anthony Giddens. Alguém mencionou o Giddens hoje, não me lembro quem. Mas, refletindo sobre o livro dele sobre intimidade eu cheguei à conclusão de que a violência é praticada no momento da impotência, porque o poder tem duas faces. Tem a face da potência e a face da impotência. E é na vivência da impotência que todos nós praticamos violência. Se a gente manda uma criança fazer alguma coisa e ela não faz, na vigésima vez, a gente perde as estribeiras e dá-lhe um belo tapa. Nós temos como elementos fundantes, como elementos estruturantes, duas categorias sociais que são a de raça e etnia, que variam de um país para o outro, gênero, e um outro elemento que são as classes sociais, que não são categorias sociais e nem as categorias sociais são as classes sociais. Há diferenças entre elas. Eu não vou entrar agora nisso, porque não haveria tempo, mas eu gostaria de remeter vocês pro conceito de categoria social do Nicos Poulantzas porque, ainda que não sejam classes sociais, a sua ação, os seus agenciamentos produzem efeitos pertinentes como ele chama, ou seja, podem sim alcançar seus objetivos.

Bem, o Marxismo deu uma importância exagerada à macropolítica, à macroeconomia, aos macro processos em geral, e aí vieram alguns autores, dos quais eu vou mencionar apenas três, mas há muitos outros: eu menciono o Foucault, Deleuze e Guattari. De Foucault, eu trago o conceito de poder. Eu não sou a única feminista a usar o conceito de poder de Foucault. O poder não é uma coisa da qual nós possamos nos apropriar pra todo sempre, mas ele transita.

Do Guattari, eu gostaria de lembrar *As três ecologias*, porque é um livro pequenininho de 56 páginas, um primor. As três ecologias significam o que ele chama de aquosofia e é muito importante porque nós, no Brasil, quando falamos em ecologia, todo mundo pensa em meio ambiente. Mas o Guattari pensa além do meio ambiente numa ecologia mental e numa ecologia social. Agora, vejam vocês: vivendo com três projetos de dominação e exploração, convivendo com eles, é obvio que não existe ecologia mental nem ecologia social e nós continuamos a destruir o meio ambiente. Então, me parece importante, mas eu não gosto é da linguagem que eles usam, porque eles cuidaram do microprocesso, dos micropoderes, da micropolítica. Isto é muito importante. Não porque Marx deixasse de

considerar por falta de tempo. É claro, uma pessoa não pode fazer tudo. Mas eu considero importante, porque eu penso o micro e o macro interligados. Eu não uso, por exemplo, a linguagem desses autores que é plano, plano macro, plano micro ou nível macro, nível micro. Porque essas palavras, plano, nível dão ideia de estratificação e o macro acaba ficando em cima. Então não me agrada, eu uso microprocesso, macroprocessos interligados e criei também uma outra expressão, que é malha fina, malha grossa. E essas malhas estão entrelaçadas.

Eu gostaria de chamar a atenção aqui para dois fenômenos acontecidos aqui no Brasil namacro política, mas que tiveram origem na micropolítica. Um deles foi a secretária do Collor que, como secretária devia ser cega, surda e muda, não devia contar nada. Entretanto, ela saiu do seu micropoder procurou um senador, Eduardo Suplicy, e transformou, passou da malha fina pra malha grossa, botando as informações da Operação Uruguai nas mãos de quem podia transitar melhor do que ela na malha grossa. E, recentemente, o caseiro Francenildo fez a mesma coisa. Então, eu acho que o poder transita mesmo e nós vamos ver agora, na próxima eleição, o que vai acontecer.

Eu disse que conhecer a própria história é um fator importantíssimo de empoderamento. Por quê? Vejam, se as mulheres conhecessem a sua história, elas saberiam que já houve muitas sociedades igualitárias. Havia sim divisão do trabalho, com diferentes atividades pra mulheres e pra homens, mas não havia hierarquia entre essas atividades, nem entre homens e mulheres. Ora, se se quer provar de qualquer forma, que o gênero é social não é biológico, melhor exemplo tá lá no passado remoto das sociedades de caça e coleta, que foram bastante igualitárias, e se aquelas se transformaram em sociedades falocráticas, androcentristas ou androcêntricas, é produto da história. Tem um termo, viriarcado, que é um termo da Nicole-Claude Mathieu, um termo que me agrada bastante, enfim, com o cuidado sempre de se usar o termo patriarcado com o cuidado de pensar sempre o seguinte: o homem não é apenas pai, ele é também marido. E a Carol Pateman escreveu também um livro fantástico que se chama *O contrato sexual*, em que ela mostra como, uma vez casada, a mulher deve obediência ao marido e como o patriarcado é uma instituição que penetra em todas as instituições, no Estado, em todas as instituições sociais: na família, no grupo de vizinhança, na igreja. Aliás, não existe nenhuma igreja que não seja patriarcal. Aí, eu

deveria talvez ter dito nenhuma religião. O fato é que nós temos, nessa convivência com os eixos fundantes, nós temos outras realidades que podem, sim, nos inferiorizar mais ainda.

No Brasil, foi no ano de 1962 que a mulher saiu no Código Civil de junto dos índios. Ela era uma relativa incapaz: uma série de direitos civis não eram conferidos às mulheres. Há uma sugestão, que é começar a educação como se a sociedade não tivesse gênero ou então criticando gênero, como o Canadá está fazendo no primeiro nível de escolaridade, que corresponde no Brasil ao jardim de infância. Então começa essa escolaridade sobre direitos humanos desde o jardim da infância, porque é no quadro dos direitos humanos que serão colocadas as demais questões, penso eu. Porque, se a mulher é um ser humano com igualdade social, ela tem que ter os seus direitos políticos, civis e econômicos, todos eles assegurados E, além dessa educação, eu me lembro que, uma vez, a CAPES me enviou um formulário e havia espaço para quatro sugestões. Eu sugeri, nos quatro campos, educação de gênero, eu repeti.

Eu queria, ainda, dizer, eu sei que esse ponto é polêmico, mas, na minha opinião, se nós temos uma relação conjugal violenta, não adianta trabalhar a cabeça da mulher e não trabalhar a cabeça do homem. Porque a relação não muda. As mulheres, quando vão dar queixa, elas não querem a separação, elas querem mudar a relação. Pelo menos uma pessoa nesse país acreditou em mim: foi a presidente do Conselho dos Direitos da Mulher no Distrito Federal. Botou a equipe dela pra ler o que eu tinha escrito e começaram a trabalhar mulheres e homens, como eu prescrevi, separadamente, num primeiro momento, e posteriormente, conjuntamente. Em fevereiro, eu estive em Brasília e ela me mostrou o vídeo dos homens violentos, dos perpetradores de violência, e todos eles entenderam que não mais podem praticar violência, porque entenderam o lugar da mulher e o lugar do homem na sociedade. Ela me disse que, de 162 homens apenas dois recidivaram. Isso dá um índice de sucesso de 99,87%. Eu estou passando pra vocês aquilo que a presidente do conselho do Distrito Federal me disse da sua experiência.

Vou me basear no conceito de autonomia do Alan Johnson, num livro em que ele mostra o seguinte: que tem autonomia, o grupo, ou a pessoa, mas vamos trabalhar coletivamente a categoria social que é capaz de fazer o que bem entender sem pedir autorização de outras categorias sociais. Então, no nosso caso do sexismo, são duas categorias, homens e mulheres, nós mulheres, felizmente transgredimos. Nós somos

grandes transgressoras e não pensem que é apenas na área sexual. Em outras áreas, nós somos transgressoras. Vejam bem: há uma matriz dominante, um padrão dominante de gênero à qual nenhuma de nós se conforma, à qual nenhuma de nós se limita, porque nós já criamos numerosas outras matrizes de gênero que nos convêm muito mais. Agora, o interessante é que ainda que não nos tenham dado o dom da ubiquidade, nós conseguimos atuar em várias matrizes de gênero, simultaneamente. Vamos admitir que nós tenhamos, na nossa casa, nossos pais, nossos sogros, nossos maridos, nossos filhos, os amigos dos filhos e, com cada uma dessas categorias, nós nos comportamos diferentemente. Com cada uma, de uma maneira específica. Então, não ocupamos uma mesma matriz de gênero e isso é muito importante.

Foi tão importante descobrir isso, que os estudos de masculinidade já chegaram estudando masculinidades porque aprenderam conosco, claro, porque não iam fazer o caminho que nós fizemos. Nós não tínhamos modelo nenhum e, muitas vezes, são mulheres estudando masculinidade. Eu mesma tive uma doutoranda do Piauí que estudou masculinidades e, felizmente, na amostra ou na população que ela tomou, havia negros, havia heterossexuais, havia homossexuais, havia brancos. Então, as masculinidades apareceram todas, quer dizer, todas, era impossível dizer, mas fundamentais apareceram, diferentes classes sociais, enfim, esses eixos estruturantes da sociedade correspondem às nossas identidades básicas. Nós temos uma identidade de gênero, uma identidade étnico-racial e uma identidade de classe. Claro que eu posso trair a minha classe, como muita gente faz, mas a identidade de classe existiu, pelo menos no princípio e, no que tange à classe, nós podemos nos identificar com uma outra que não seja aquela em que nós nascemos: não é o caso de geração e não é o caso de raça-etnia.

Dessas duas categorias homens e mulheres, como os homens têm poderes maiores que as mulheres isso não significa que as mulheres não tenham poder. Alguém já disse hoje que, em geral, os poderes das mulheres são domésticos, são privados e os poderes masculinos são públicos. A mulher ainda tem um pequeno trânsito na esfera pública, mas, cada dia que passa, nós penetramos mais nessa esfera. O que é super importante é que, além de as mulheres terem de pedir a autorização para a categoria homens, vejam bem, eu não estou falando em termos da Maria Filomena Gregori, estou falando de uma categoria social constituída de mulheres e altamente heterogênea, da mesma forma como é heterogênea a

categoria homens. Mas, como categoria, nós temos que pedir autorização pra burlar, pra transgredir o código dominante de gênero; a outra categoria não precisa tanto, que, vejam vocês, o adultério só é penalizado quando é cometido pela mulher. Porque quem faz as normas não faz para si mesmo, faz para os outros. E quando o homem pratica o adultério não tem importância, é assim, ele não transgrediu, a sociedade aceita. Quando é a mulher, nós sabemos o que é que acontece.

Mas há uma outra questão da qual eu gostaria de chamar a atenção de vocês que é o seguinte. É normal que os nossos construtos mentais, nossos conceitos sejam instáveis. Porque se o patriarcado penetrou em todas as instituições sociais, penetrou também na educação e nós recebemos conceitos patriarcais. Estamos limpando a nossa cabeça desses conceitos, cada vez nos aproximamos mais de conceitos não patriarcais. Há sempre algum resquício até que nós cheguemos à pureza desse conceito, quer dizer à pureza do ponto de vista do patriarcado. Então, vejam a questão: a categoria homens, como é a dominante, tem a prerrogativa de nos apresentar a realidade ideologizada, então, até uma americana, a Sandra Bem, escreveu um livro que se chama *As lentes do gênero*, porque é uma tela através da qual nós enxergamos a sociedade, pela tela, pelas lentes patriarcais. Então não há porque se assustar quando a mulher vai à delegacia, denuncia o seu marido e, no dia seguinte, volta pedindo para retirar a queixa, porque é uma relação de amor e ódio, é uma relação afetiva e isso é normal que aconteça. Ela pode também ter sido ameaçada de morte pelo cidadão. Enfim, há uma série de fatores que podem ter influenciado, inclusive o grau de patriarcado absorvido pela cabeça dessa mulher. Então, essa prerrogativa me parece a mais difícil de impedir pra fazer a prevenção de prática da violência. Então, o que eu sugiro é educação crítica em relação ao patriarcado.

E olha, eu vou dar uma pinceladinha, porque não vou ter tempo de adentrar nesse assunto: eu não descarto inteiramente o uso do conceito de gênero, eu não gosto é de usá-lo com exclusividade, porque ele não dá conta do recado. O gênero pra mim existe pra ser usado quando não há hierarquia entre as duas categorias sociais, ou seja, homens e mulheres. A partir do momento que a hierarquia aparece, nós temos patriarcado, viriarcado, falocracia, enfim, o nome que vocês quiserem dar, mas não é o gênero. As defensoras do uso exclusivo do conceito de gênero dizem sempre que ele é superior ao de patriarcado porque ele é aberto. Tanto assim é que você, de acordo com elas, não poderia dizer

violência de gênero atribuindo aos homens a prática da violência. Eu, aliás, me sentia bastante desconfortável com a mistura que se fazia no Brasil com os tipos de violência e escrevi, num artigo, uma tipologia. Então, a violência de gênero, que é aberta, tanto pode ser cometida por homens como por mulheres, teoricamente, mas, na prática não, sabemos que não é assim. Há violência contra mulheres, aí os perpetradores de violência são sempre homens e as vítimas sempre mulheres, e eu uso o conceito de vítima, pois eu não concebo a vítima como lesma paralítica, ou seja, não concebo a vítima como passiva, como tem gente que concebe. A vítima não tem nada de passiva, ela reage e às vezes reage com muito virulência. Ainda há mais dois tipos: tem a violência doméstica, que não atinge apenas a família, mas atinge, também, outras pessoas que vivam parcial ou integralmente no domicílio. A propósito disso, eu tenho um artigo bastante engraçado que se chama “Violência doméstica ou a lógica do galinheiro”, em que eu faço um paralelo entre o galinheiro humano e o galinheiro galináceo. E, finalmente, um quarto tipo, que é a violência intrafamiliar, que pode ser terrível porque pode ser sexual. Eu fiz uma pesquisa sobre o abuso-incesto, que eu diferencio de abuso sexual. No incesto, as duas vontades convergem, as vontades dos participantes, enquanto, no abuso sexual, em geral – e, no caso, eu estudei o incestuoso – há uma relação de poder e, na relação de poder, nós sabemos que um não decide, o outro que impõe uma determinada prática à pessoa que não detém poder nessa relação.

Vejam bem, um belo dia, as fundações americanas se perguntaram o seguinte: nós fazemos tudo, a legislação é avançada, nós fazemos tudo pra dar igualdade de condições para que mulheres atinjam postos de trabalhos, postos eletivos tanto quanto os homens e porque que os meninos vão sempre pra ciências naturais e as meninas sempre para as ciências humanas? E foram pesquisar nas aulas e, ainda que, na fala dos professores, não houvesse essa mensagem de dirigir as meninas pra um lado e os meninos pra outro, nas atitudes, havia essa direção, então, é preciso ter cuidado com o gestual, porque tem gente habituada a ler mais o visual do que a ouvir propriamente as palavras. E à criança não escapa nada, as crianças percebem esse encaminhamento para mercados segregados. Bom, eu vou parar por aqui porque eu já falei demais.

DEBATE

VERA SOARES:

– Obrigada Heleieth! Então nós vamos agora abrir uma intervenção de discussão e depois a mesa, as companheiras, fazem o encerramento. Então agora vamos ouvir, vamos discutir e as companheiras da mesa respondem.

TEREZINHA GONÇALVES:

(Pesquisadora Associada do NEIM)

– Eu vou fazer algumas perguntas à professora Heleieth sobre o que ela fala, quais são os eixos estruturantes: ela fala raça, classe e gênero. E fala que a sexualidade não é exemplificando falando que os gays e lésbicas estão casando e estão tendo os seus direitos assegurados. E isso me incomodou talvez até porque eu não entenda essa colocação e por isso eu fiquei mais angustiada. Primeiro, eu queria saber se a heterossexualidade não é estruturante? Segundo, porque existe o movimento GLBTT pelos direitos sexuais? Terceiro, como se explica a homofobia? E quarto, porque, em vários países do mundo, a homossexualidade é crime e, digamos, em algumas regiões do planeta, é passivo de pena de morte?

GILBERTA SOARES:

(Cunhã)

– Eu sou Gilberta Soares, da Paraíba, e eu gostaria de continuar no diálogo com a questão, Professora Heleieth, da orientação sexual como estrutura que não seria fundante das desigualdades sociais, como a senhora colocou. Eu sou de João Pessoa, do Cunhã – Coletivo Feminista, e agora estou nas Jornadas Brasileiras pelo Aborto Legal e Seguro, nessa batalha aí. E então, no ano passado, eu trabalhei muito num diálogo estratégico com os grupos que trabalham com a livre orientação sexual, com a liberdade sexual e tive a

oportunidade de aprender coisas que, até então, do campo feminista, eu não tinha tido oportunidade de refletir. E uma das coisas que eu refleti, ao longo do ano, e que eu terminei o ano convencida é que é fundante. Inclusive, quando a senhora colocou uns critérios ou uns pontos que tornam a questão de raça e sexo-gênero como fundantes, eu vejo que esses também estão no campo da orientação sexual. Porque, por exemplo, é um projeto ideológico. Não é à toa que a hetero normatividade ou a heterossexualidade obrigatória se coloca como uma ideologia de longuíssima data e dominante, inclusive como um dos elementos importantes no projeto de família, no modelo de família que a gente tem numa sociedade patriarcal. Não de heterossexuais como pessoas, mas, de dentro dessas categorias, é claro que existe uma hierarquia de dominação. É um projeto de dominação. Porque eu comecei a refletir e me instigou os seus pontos. Porque eu acho que tem uma ideologia que é a heterossexualidade dominante obrigatória, a heteronormatividade, que se combina com o modelo de família, tem uma combinação muito forte com o modelo patriarcal que vai refletir na família, na estrutura reprodutiva, então, dispõem de uma ideologia com mecanismos regaladores muito fortes. E aí, o próprio Foucault que a senhora citou, vai estudar dentro dos micropoderes os mecanismos de regulação da sexualidade. Tem a questão da violência e, está aí, os assassinatos de travestis, de homossexuais, as violências institucionais no sentido de reprimir essa expressão. Eu vi que esses elementos, eles se combinam da mesma forma que a violência contra os homossexuais. Eu gostaria de finalizar que a senhora colocou, também, que não há um status teórico; eu acho realmente que não houve um status teórico, assim como as mulheres também demoraram muito para alcançar um histórico de produção teórica. E essa produção teórica, ela tem se consolidado a cada dia mais. E, por fim, eu gostaria também de dizer que se existem hoje conquistas em relação a alguns países que legalizaram a parceria civil ou casamento foi fruto de um movimento social muito bem organizado. E não é à toa que os famosos filósofos – pensadores como Castells, como Alain Touraine –, que reconheceram o feminismo como um movimento transformador das mentalidades, reconheceram também o movimento homossexual. Então, não é à toa, também, que, agora, o Bush está fazendo toda a plataforma de reeleição em cima de um projeto contra a homossexualidade. Eu, na minha opinião, vejo como um elemento bem fundante, nessa questão das desigualdades, e com

uma combinação, nessa hierarquia: quando a gente tem uma mulher, negra, lésbica ela vai sofrer uma discriminação muito maior do que um homem branco heterossexual.

VERA SOARES:

– Bom, nós estamos num debate e vamos encarar o debate como um debate de opiniões e o olhar da realidade que tem diversas entradas desse olhar. Bem, ninguém tem perguntas? Por que ficaram várias questões.

ANA REGINA REIS:

(Mestranda no PPGNEIM)

– Eu queria trazer outra questão espinhenta aí, que é dos homens receberem algum tipo de atenção ou de, enfim, um trabalho nessa questão da violência. Eu nunca tinha tratado com a violência física e psicológica, eu trabalhava com a violência hormonal, faz tempo. E eu tive a oportunidade de agora fazer umas oficinas sobre violência e havia experiências que se tem feito, que envolve os homens também.

VALDECIR NASCIMENTO:

(Movimento de Mulheres Negras)

– Bem, só vou discutir um pouquinho com Silvia a questão do empoderamento em relação ao processo da questão da violência das delegacias e dos centros de referências. Que, na realidade, Silvia, no que tange ao que Luiza coloca, que é óbvio que é a nossa perspectiva que as mulheres que saem das políticas adquiram autonomia a ponto de não precisar das políticas. Quando nós lutamos pelas delegacias das mulheres, uma das avaliações que estavam colocadas era a seguinte: as mulheres não vão às delegacias dar queixa – isso era um problema. Na medida em que elas começam a ir nas delegacias, a gente poderia estar identificando esse processo como um processo de empoderamento, nessa dimensão mais individual, quer dizer, não sei, não posso afirmar que essas mulheres

que se empoderam ao ir na delegacia dar queixa se reincide a violência contra elas – não dá pra eu afirmar isso aqui agora. Mas, sem dúvida nenhuma, no momento em que essas que se encorajam e vão até a delegacia, é óbvio que tem aí um processo de empoderamento e a delegacia constitui num instrumento de apoio, de suporte a esse momento de empoderamento. É óbvio que, como nós estamos discutindo nesses dias aqui, o empoderamento é um processo que a gente vai ter que ir crescendo com ele, e ele é coletivo. No meu ponto de vista, inclusive, os centros de referências e as casas abrigos – que não surgiram simultaneamente – quer dizer, elas estavam dentro do projeto, mas elas não surgiram simultaneamente. A gente passa a exigir muito mais dela em função de um maior suporte para esse empoderamento. Eu acho que, aí, a gente construiria esse caminho em relação à violência e esse empoderamento.

CRISTINA BUARQUE:

(Fundação Joaquim Nabuco)

Eu queria falar um pouco no sentido em que a Terezinha falou e um pouco recuperar um minutinho. Então, essa sexualidade, quando o feminismo retoma, a gente retoma numa discussão sobre a sexualidade, mas já muitíssimo estruturada. E foi com muita dificuldade que a gente chegou até aqui pra abrir, pra discutir a questão que é: a heterossexualidade não pode ser a única norma, nem pode ser norma. Eu não gosto nem da palavra orientação sexual. Eu acho que existem expressões sexuais, entendeu, pra gente acabar com as normas todas. Então, pra mim, eu acho que a sexualidade é fundante, a heterossexualidade funda a sociedade moderna. Se a gente pegar o Rousseau, o que é que ele traz, a gente vai ver toda uma definição e um abuso, inclusive disso. Então, a gente não pode dizer que ela não é uma dimensão fundamental nas nossas discussões, muito menos nós feministas que começamos discutindo essa reflexão, que houve sobre uma sexualidade insatisfeita.

O que eu quero dizer é que a gente tem dificuldade: é só contar um caso. Nós estávamos, agora, numa discussão metodológica sobre a questão dos acampamentos rurais. E o MST estava, a FETAG, a CONTAG e discutimos as várias questões fundantes. Então, a questão de classe, a questão de raça, a questão de gênero e a questão da expressão sexual. E

eu perguntei qual era a questão mais difícil pra nós. Aí, a menina do MST disse: – “Cristina, é gênero”. E eu disse: – “Não é a questão da homossexualidade?”. E ela disse: – “Não, Cristina, essa questão nós já respeitamos e já entendemos”. Certo o MST. Eu estou querendo dizer que essa discussão está sendo compreendida em outros espaços como uma coisa que tem a ver, fundamentalmente, com as repressões, com as não repressões, com as possibilidades. Você não educa ninguém pra ser homossexual, você só educa pra ser heterossexual. Você barra a possibilidade até do sentimento que o outro tem. A gente não pode dizer que isso não é uma verdade. O que nós não sabemos é como trabalhar com isso aí. Eu acho que a gente não sabe ainda, nenhum movimento social sabe como trabalhar com isso, nem nós da academia sabemos como colocar.

SILVIA CORDEIRO:

(Centro das Mulheres do Cabo – Pernambuco)

A minha questão e a minha preocupação é na metodologia adotada pela Themis da história das promotoras legais populares. E eu faço uma reflexão de que, no movimento de saúde, surgiu muito trabalho voluntário das mulheres em saúde. E a gente tem que ter cuidado pra não replicar isso na questão de prevenção e combate à violência. Eu acho que aí tem um anunciado SUAS – o Sistema Único de Assistência Social. E a gente pode refletir com essas mulheres, que estão sensibilizadas com a solidariedade com outras mulheres na questão da violência, mas que elas não repitam aquele exército de mulheres fazendo trabalho voluntário na questão da prevenção e do combate na questão da violência doméstica.

CECÍLIA SARDENBERG:

(NEIM)

– Bem, gente eu ia ficar quietinha. Mas eu fui provocada por várias pessoas aqui, e eu queria trazer pra nossa discussão o conceito de interseccionalidade. Não é meu conceito, foi introduzido pelas feministas negras americanas. Esse conceito de interseccionalidade é muito importante para pensar na nossa situação e na de outros países onde há várias

hierarquias operando ao mesmo tempo. Temos hierarquia de raça, de etnia, de classe, de gênero, orientação sexual. Só que elas não operam com o mesmo peso o tempo todo e em todos os lugares, em todos os momentos na história. Em determinadas situações, umas operam mais. Tanto é que, por exemplo, aqui em Salvador, se verificarmos os salários no mercado de trabalho, veremos que o determinante que pesa mais aqui é cor. Em termos de grupos de cor, os negros, ou seja, os pretos e pardos ganham menos que os brancos, de uma maneira geral. É verdade que, dentro dos grupos de cor, gênero opera, mas isso varia. Então, estamos brigando aqui por uma questão que precisa ser pensada historicamente, empiricamente. Não dá pra dizer o que vai ter peso maior. Além de termos que considerar que existe a “visão de fora”, de quem faz a análise, e pode ver todas as determinantes operando ao mesmo tempo ali. Só que, na perspectiva subjetiva, algumas pesam mais que as outras; as pessoas podem se identificar mais com determinados grupos, por exemplo, com orientação sexual pesando mais. Tanto é que, no movimento feminista, existem grupos de feministas lésbicas e lésbicas feministas – é verdade, são dois movimentos distintos. Então, temos que pensar em termos do contexto, não se pode dizer que sexo vai pesar mais, idade vai pesar mais... Temos que investigar isso empiricamente. É verdade que se dá mais status teórico a algumas determinantes que se repetem mais em diferentes instâncias e pesam sempre mais nas sociedades contemporâneas: classe, raça, gênero. Não quer dizer que as outras também não sejam tão importantes. Mas é preciso investigar pra podermos afirmar com certeza. Classe, raça e gênero são os ‘três porquinhos’, como Marx, Weber e Durkheim, nas Ciências Sociais. Gênero, raça e classe são os três porquinhos da nossa análise. Mas tem outros porquinhos que ficam de fora, geralmente. Então, a gente tem que trazê-los para nossa análise, para podermos investigar, pensar.

Kimberlé Crenshaw, que trouxe esse conceito importante de interseccionalidade para as discussões da conferência de Durban, falou dessa ideia, uma coisa maravilhosa: essa mulher é muito inteligente. Ela disse que essas hierarquias ou determinantes podem ser pensadas como avenidas se cruzando e entrecruzando. E, nas intersecções, as coisas pegam mais pesadas; em algumas avenidas, o tráfego pode ser muito mais pesado. No cruzamento de classe e de raça é um super tráfego, carro vindo feito louco e em outras é menos, isso em nossa sociedade. Mas pode ser que tudo pegue, tanto é que as mulheres negras e lésbicas no Brasil são, por assim dizer, “o cocô do cavalo do bandido”. O que é o cocô do cavalo do

bandido na ordem do galinheiro que a Heleieth falou? Elas são aquelas que são chutadas pelo cachorro, que estão lá embaixo. Se a gente olhar aqui em Salvador, verá que a situação das mulheres negras em Salvador é pior do que em Porto Alegre. Então, tem outra questão pesando, que é região, área. Temos que pensar nesses termos e investigar empiricamente e aí a gente vai saber o que pesa mais em determinado momento, em determinado contexto.

VERA SOARES:

– A minha pergunta, que é uma questão pra quem trabalha com as políticas de combate e prevenção à violência, a minha pergunta é, se vocês acharam, no caso das brasileiras, se vocês encontraram uma procura diferenciada entre mulheres brancas e negras. Por que que eu digo isso? Porque, quando eu vejo, e a gente pode observar, agora, o que aconteceu na cidade em que originalmente eu moro e volto agora em agosto, que foi, rapidamente, a polícia. Mais uma vez, ela atira pra matar, tá certo, e não tem dúvida, é uma polícia que ela tem. As pessoas que matam têm cor, então, enfim tem vários escândalos de pessoas jovens que não estão fazendo absolutamente nada, mas, enfim, basta ser um negro para ser colocado numa situação de desconfiança. Por que eu estou perguntando isso? Eu queria saber se quem trabalha com esses dados, porque a gente enquanto ativista diz, o silêncio é cúmplice da violência, a gente tem que denunciar. E eu estou dizendo pra essa mulher que ela sabe da violência que as crianças, que os adolescentes sofrem na rua com o aparato policial, eu estou dizendo pra essa mulher, que é vítima de violência, sim, que ela tem que procurar um aparato policial. Então, eu fico me perguntando, como é que a gente tem que falar com estas mulheres. Será que eu busco um aparato policial?

MONTSERRAT SAGOT:

(Costa Rica)

– Muchas de ustedes han hablado sobre el asunto de la sexualidad y la orientación sexual, yo quisiera decir sólo tres cosas muy breves en relación con eso. Yo creo que la orientación sexual no heterosexual cuestiona tres de los principios fundamentales del régimen de género. Es decir, cuestiona la complementariedad de los sexos, cuestiona el

principio de la reproducción como fin de las relaciones entre hombres y mujeres y cuestiona la dicotomía sexual. En ese sentido yo creo que la sexualidad y la orientación sexual no solamente tienen una relación directa con el régimen de género sino que tiene un estatus y una categoría propia como mecanismos de discriminación y de opresión. Y volviendo al tema de la mesa, por eso hay formas específicas de violencia contra los homosexuales y las lesbianas que no tienen la misma categoría que otras formas de violencia. Sin embargo, hay formas de violencia contra homosexuales y lesbianas también aprobadas por el Estado. Ha habido persecución histórica contra homosexuales y en ese sentido, en algunos momentos históricos, la violencia contra homosexuales adquiere características similares a la violencia, por ejemplo, contra los pueblos indígenas, contra los negros y contra las mujeres. Detrás de la violencia contra homosexuales está el concepto de exclusión, y yo el concepto de exclusión lo relaciono directamente con intento o deseo de eliminación. Yo creo que pone en ese sentido la orientación sexual no heterosexual un gran reto a la sociedad patriarcal.

En relación con la educación y los programas para agresores, a mí eso realmente me preocupa muchísimo. En América Latina se han eliminado gran parte de los recursos que antes se destinaban a programas para mujeres, para atención a mujeres y hay mandatos claros de organismos internacionales que solamente dan recursos y van dirigidos al tratamiento de los hombres. Se nos han quitado los recursos que antes teníamos para las mujeres para entregárselos a los hombres. Y los datos que yo tengo, que es estudio de Canadá, que es quien tiene la más larga trayectoria de trabajo con los agresores, es fundamentalmente que los agresores no cambian, o cambian poco. Y finalmente, si cambian, si algo cambia, dejan de ejercer la violencia física más extrema pero se convierten en agresores psicológicos. Yo creo que en ese sentido, dirigir recursos para ese tipo de acciones cuando ni siquiera realmente sabemos los efectos que van a tener es realmente peligroso y además nos quita recursos para trabajar con las mujeres que son las que llevan el peor peso de esta situación, que son realmente las que son más afectadas, son las que tienen mucho más que perder y son las que necesitan más recursos y más la intervención del Estado.

En ese sentido, lo que planteaba la compañera de la prevención a través de mecanismos de diálogo está bien, como principio. ¿Pero cómo hacemos un diálogo entre

personas que no son iguales o que viven en relaciones de poder absolutamente desiguales? En la medida en que no le subamos el piso a las mujeres y las igualemos en términos de recursos materiales y simbólicos a los hombres la prevención a través de los mecanismos de diálogo. Lo que hace exponer a las mujeres en una situación de mayor desventaja frente al poder de los hombres y frente al poder de las instituciones sociales.

Y en relación con los recursos que vos preguntabas, no me lo preguntaste a mí y los programas, pero la experiencia nuestra en Centroamérica es que hay una diferencia gigantesca en lo de las mujeres rurales e indígenas y las mujeres urbanas. Las mujeres rurales e indígenas no tienen acceso prácticamente a ningún servicio, no tienen apoyo, no tienen respuesta institucional, lo que tienen más cerca de ellas generalmente son las estaciones de policía y los peores de los peores que hay de los prestadores de servicio son los policías. Es allí donde hay los peores mecanismos de discriminación, etc. contra las mujeres. En términos del acceso a recursos y en términos de las políticas públicas las mujeres urbanas, y sobre todo las mujeres con mayor capital cultural se ven en una situación de ventaja frente a todo el resto de las mujeres, en particular en Centroamérica, las mujeres rurales y las mujeres indígenas.

PAMELA CALLA:

(Bolivia)

– Yo quisiera elaborar en este aspecto de lo afectivo. Yo he estado envuelta en una investigación sobre violencia sexual y maltrato infantil en Bolivia y lo hemos hecho en todo el país, en diferentes partes del país y hemos examinado el ámbito comunal donde se desarrolla esta violencia, el ámbito legal, judicial donde supuestamente se debería denunciar esta violencia, y el ámbito escolar magisterial. Hemos examinado esos ámbitos porque queríamos alejarnos justamente de esta visión sicologista, de esta visión de que el violador viola la víctima y quedarnos con esta visión restringida de lo que implica la violencia. No sólo la violencia en estos términos sexual y de maltrato infantil sino en qué contexto de otras violencias se inserta esta violencia, esta violencia económica, esa violencia de género, esa violencia generacional. Para un poco examinar esos andamiajes de poder, nosotros utilizamos este Robert Connell y su noción de orden de género que implica

tomar en cuenta las relaciones de producción, factores económicos, las relaciones de poder y las relaciones o la noción de clase que va ligado a lo afectivo. En ese sentido, uno de los ejemplos más devastadores que te da la idea de la complejidad del asunto es de una niña, en nuestros ejemplos salió la niña, que denuncia a su padrastro, pero retira esa denuncia, la joven, la niña, la adolescente de trece años. El testimonio en el proceso legal es que esa denuncia la retira porque su madre la obliga a retirarla y esa madre le dice que tu como niña que has puesto esta denuncia estáis haciendo que tus hermanos pequeños se mueran de hambre porque no hay hombre, el hombre está en la cárcel y no el hay hombre que esté manteniendo e proviniendo la familia. Entonces, el testémoslo es sumamente devastador en ese sentido y por otro lado es un ejemplo de como estas tres cosas se unen en un sólo testimonio. En ese sentido, esas relaciones afectivas que conllevan estos factores económicos, que conllevan a demás estas relaciones de poder que son muy jodidas.

Hay otra noción, que también la discutía con Montserrat, y que tiene que ver con esta noción de catequesis, es esta internalización de la negociación de los grados de violencia que vas a aguantar, que vas a justificar y que por lo tanto, vas a naturalizar y vas a normalizar. En ese sentido es como se esa internalización me parece importante discutir en relación a esta noción de catequesis: me pega porque me quiere, me castiga el profesor porque quiere que saque buena nota. Es internacionalización de ese grado de violencia societal que tiene que aguantar y justificar.

Finalmente, también comentando con Montserrat, una cosa que también descubrimos y discutimos en esa investigación era esta cultura del castigo que predomina en toda la sociedad boliviana y es como un caldo de cultivo para justamente también normalizar esa violencia sexual y ese maltrato infantil. Una especie de juntar castigo, violencia, violencia sexual, castigo en el sentido de que hay varios testimonios en esa investigación que dicen: si hubiera llegado más temprano no me hubiera violado el padrastro. Es como un castigo lo que ha recibido, lo internaliza como un castigo.

Yo quería puntualizar justamente estos factores amplios, estos andamiajes de poder para poder hablar también de estos procesos no sicologizantes sino de internalización de esos grados de violencia que se puede aguantar.

SILVIA AQUINO:

– Bom, dialogando com Montserrat, ela disse, em algum momento, que não tinha certeza em relação às delegacias de mulheres no Brasil. Se respondem ou não e essa é uma pergunta delicada com resposta também delicada. Se a gente for pensar nesses parâmetros que você coloca, que também se espelham muito no que acontece aqui no Brasil, a gente responde, de cara, não. Porque a gente sabe que um bando de mulheres chega à delegacia e eu presenciei isso muitas vezes, às vezes uma mulher vai lá dar queixa de seu irmão e essa policial que registra o atendimento diz: – “Olha aqui, não registra queixa de irmão, não. Só de marido contra mulher”. E dá um tchau pra essa mulher. Ou coisas do tipo: – “Como é que você não reagiu naquele momento? Você vem aqui depois de tantas vezes de isso acontecido, agora eu não vou poder fazer absolutamente nada”. Agora, de alguma forma, existem casos e eu acho interessante, porque você fez um mergulho na sua fala e chegou no final com um suspiro de bom, mas eu não quero só ficar, vamos dizer assim, numa certa desesperança nesse quadro.

Então, existem casos também em que a gente tem a oportunidade de acompanhar em que realmente essa mulher tem acesso a algum tipo de serviço público, seja a delegacia ou outro tipo de serviço, e ela encontra algum tipo de solução que, pra ela, tem um significado de mudança na situação dela. Aí, Ana Alice estava colocando aqui que, de preferência, a gente quer tudo como a gente quer, como as feministas querem. Mas, às vezes, uma situação dessa panela de pressão muda a situação dessa mulher e aí eu continuo com todos os nós que eu falei aqui pra vocês no início. Porque, como é que a gente vai trabalhar com essas questões ao longo do projeto? Porque a gente vai ter que manter esses parâmetros que a gente trabalhou aqui, inclusive a partir da primeira mesa com Cecília, da autoconfiança e da autoestima, e mulheres que vão às delegacias de mulheres e encontram lá uma policial mulher, que esta tem um capital lá pra poder chegar a esse homem aqui, você vai esperar, primeiro é ele que vai falar. Ou, então, se ele aumenta o tom de voz – você abaixe essa voz. E essa não é só uma mulher com um capital qualquer. Como Vera falou, ela está dentro de um aparato de repressão. Pois é, eu estou aqui cheia de interrogações, de como é que a gente vai trabalhar isso no projeto. Agora, pode vir, Valdecir, a ser um indicador, a questão das mulheres irem para a delegacia num certo

sentido. Talvez, vamos ter que desenvolver mais isso, e o fato é que as estatísticas das delegacias de mulheres, por exemplo, não podem ser tratadas como as outras estatísticas de homicídios e furtos e roubos, em que há um aumento e aí aparece lá colado no jornal. Aumenta a violência e não sei o que, a gente não pode falar isso em relação às mulheres. As mulheres podem estar procurando mais as delegacias, este pode ser sim um indicador. Agora o que acontece lá dentro, aí eu acho que a gente vai ter que desenvolver melhor dentro do projeto, como é que a gente vai fazer isso. Bom, com relação à procura de mulheres brancas e negras dentro de serviços, eu acho que vai depender também de onde a gente tá olhando e em que momento a gente tá olhando. Por exemplo, a gente olhando aqui na Bahia, certamente a gente vai ver uma população negra basicamente procurando os serviços públicos. Há mulheres brancas que procuram os serviços públicos também pra fazer denúncia? Há, mas muitas mulheres, na sua maioria é negra, mas aí vamos olhar o fato de que nós estamos no estado da Bahia. Com relação às mulheres rurais e urbanas, Montserrat, eu acho que aqui, pelo menos no Estado da Bahia, a gente enxerga também essa questão do não acesso. Se a gente for pensar que, num Estado que com 415 ou 417 municípios e cinco delegacias de mulheres, um centro de referência, uma casa abrigo. E o Fórum de Mulheres de Salvador já fez oficinas no interior do Estado em que mulheres nunca ouviram falar em delegacia, em centro de referência. O que é isso? O que é que eu faço com isso?

ELISIANE PASINI:

– Por certo, eu gostaria de ficar horas falando, mas já sei que eu não posso. Eu também não estou na ideia de ficar num debate de, exatamente, é assim, é assado, mas eu acho que aqui também tem algo que é a gente disputar os nossos conhecimentos, a nossa carga, nossa construção. Então, por isso que alguns momentos a gente precisa dizer, eu acho que é assim, por isso. Então, eu preciso falar disso pra recuperar a minha fala, que eu acho que é fundamental e, mais uma vez, eu vou reafirmar que a violência de gênero é fundamental, e é disso que eu estou tratando nesse momento. Porque eu acho que a gente também tem que tomar cuidado, é isso. É certo, eu sou feminista, eu tenho todo um projeto político pensando nisso. E, por isso, eu acredito que a minha fala é importante pra pensar na

violência de gênero e pra pensar, por exemplo, naquela mãe que disse pra sua filha: – “Olha, não tenha direito, não se torne uma pessoa de direitos” e, pra mim, isso é violência de gênero também. E gênero não está necessariamente colado em corpos de homens e de mulheres. Nós estamos falando de atributos, nós estamos falando de construções socioculturais. Acho que é fundamental a gente se ligar, tomar conta, às vezes, porque algumas vezes há uma grande atrapalhão. E isso é muito forte porque eu acho que a gente tem que levar o tempo inteiro.

Eu trabalhei meu projeto de pesquisa com prostituição feminina e esse é um lugar que tem que ter muito cuidado nessas questões, assim, por exemplo, eu acho que não é por nada que hoje eu tenho um trabalho junto à Themis, que é de pensar nesse empoderamento do sujeito social. E é disso que eu acho que a gente tem que falar também pra poder desconstruir esses lugares de relações de desigualdades que estão aí. Queria falar algo que eu acho que é muito importante, que é o meu trabalho junto às JMCS, que elas chegaram com uma ideia, porque são jovens, na utopia bem forte de luta. E chegaram e falaram pra mim: – “Vamos fazer um curso com os homens. Eles também tem que fazer alguma coisa, a gente quer construir um feminismo de outro lugar”. E eu falei: – “Bom, vamos lá. O que é que vocês estão a fim de fazer?”. Então, eu acho que a gente tem que também olhar pra esses lugares de uma possibilidade de uma outra construção. Nós estamos, no momento, escrevendo um projeto pra se pensar, pra elas, pra a gente fazer um curso de capacitação com jovens homens, principalmente de dois lugares, que é o Hip Hop e de partidos políticos. Não sei o que é que vai acontecer, mas nós estamos fazendo isso. Eu acho que, um pouco, eu estava respondendo uma das questões desse olhar pra esse sujeito. É também pra pensar o assédio moral. A gente, na Themis – o material não ficou pronto –, mas a gente já fez um trabalho junto ao Ministério do Trabalho pra pensar nisso: no assédio sexual, no assédio moral, nas relações de trabalho, que eu não sei contar muito porque a gente acabou não fechando.

E, por último, eu queria dizer que eu acho que, Cecília, você tem razão, que tu vai girando e alguma coisa pode ter um outro lado, que a outra, mas eu não acho que é uma questão de peso. Eu acho, sim, que nós temos elementos estruturantes que nos dão a nossa versão de mundo, a nossa performance social e nisso gira. É certo de que se eu estou num contexto, tem um significado, se eu estou em outro contexto, tem outro significado. Até

porque eu não acredito e ,certamente, todas nós não acreditamos em identidades fixas. A gente tá nessa flexibilidade e vai construindo, mas não acho que é questão de peso, eu acho que, reafirmo o começo da minha fala de que acredito nesses elementos categoriais como fundantes. Acredito mesmo e tenho absoluta certeza que uma mulher negra, pobre, lésbica, que mora na periferia vai ter uma outra construção e uma outra performance social, do que se tiver outros elementos agenciando nesse todo dessas construções. E um pouco pra finalizar, eu acho que esse que é o nosso desafio, nós somos todas transgressoras e esse é o nosso desafio. Nós estamos aqui e estar aqui é um lugar de desafio, e eu acho que nós temos que ser transgressoras e as normas estão aí porque elas foram construídas por esse “alguém” que nós bem sabemos quem é. É por isso que nós temos que repensar e nos reperguntar o tempo inteiro: – Afinal o que nós estamos construindo nas nossas lutas práticas?

HELEIETH SAFFIOTI:

– Só pra concordar, porque eu concordo, eu acho que a transgressão é genuinamente feminina. Não pode haver transgressão masculina numa ordem patriarcal de gênero. Houve gente que falou em heterossexualidade como estruturante. A Cristina falou sobre a sexualidade também desempenhando essa função. A sexualidade é uma potencialidade e esta potencialidade é exercida historicamente de diferentes maneiras. Por exemplo, eu não posso comparar o pederasta da antiga Atenas com o homossexual da sociedade brasileira hoje: são instituições distintas. Eu não vou adentrar nessa questão de Atenas, mas é completamente diferente. Então, Foucault mostrou que a sexualidade é exercida de diferentes modos ao longo da história. O que eu penso é que o exercício dessa potencialidade não constitui um eixo isolado, isto é um elemento da ordem patriarcal de gênero. Montserrat lembrou que há uma ideologia da complementaridade. Aliás, eu não gosto de um livro que é *Um, é o Outro* da Elisabeth Badinter, porque opera nessa lógica da complementaridade. Eu gosto dos outros, mas não deste. Isso mostra como é um elemento fundamental do gênero, eu não posso isolar isso, não tem existência própria a heterossexualidade. Agora, os homossexuais são discriminados por quê? Porque essa sociedade, primeiro, ela precisa se preservar, se homens e mulheres não se acasalarem a

sociedade desaparecerá. Claro, né? se não nascer pessoas, vai desaparecer. Agora, Terezinha, vamos discutir, porque quando você me perguntou, eu disse: nunca fiz pesquisa sobre isso.

Tem vários exercícios da sexualidade, como a pederastia em Atenas, eu digo em Atenas, porque quando se diz Grécia Antiga é um pecado, porque eram cidades estados e em cada cidade a coisa era diferente; em Esparta, não era assim. Então, era um senhor e um jovem que era iniciado sexualmente pelo senhor, mas, depois ele era heterossexual, ele se casava e tudo. Então, eu estou apenas constatando regimes de exercício de sexualidade e acredito que esta sociedade defende a heterossexualidade por muitas razões, uma delas é a preservação da sociedade, mas há outras, claro, a lógica da complementaridade. E acho, acho não, verifico que o preconceito está se diluindo porque se houve um país que aceitou o casamento, outros aceitam. O próprio Brasil aceita que o sobrevivente receba a herança, que receba os benefícios do plano de saúde, enfim, eu acho que nós estamos caminhando para uma abertura. Uma vez, eu entrevistando uma moça, ela se recusava a se autodenominar heterossexual ou homossexual, ela dizia, eu transo com homens e transo com mulheres e eu refleti sobre isso e cheguei à seguinte conclusão de que experimentar os dois lados, do que é a experiência do heterossexual e do homossexual, presumo eu que seja, mas nunca vivi a situação.

Há muitas experiências, não me lembro quem perguntou se havia experiências de trabalhos com homens que praticavam violência. Há em muitos países, o Robert Connell, quando ele estava em Lion, na França, ele tinha um grupo de homens. E ele, num dos livros dele que se chama *Os homens violentos*, ele traz perguntas que ele fazia aos homens perpetradores de violência e as respostas deles. Eu me lembro de uma resposta muito simples em que ele pergunta por que você bateu em sua mulher? E ele responde: porque ela me desobedeceu. Como se a obediência fosse lei e pra ele é mesmo. Mas existe no Chile, existe nos Estados Unidos, existe no Canadá, existe no México, muitos países tem trabalhos com homens. Eu gosto muito desse livro do Connell que é o do poder. Ele tem vários, mas eu gosto especialmente deste, gosto muito.

A interseccionalidade, eu nunca usei o termo, mas eu já escrevi um pequeno artigo sobre equidade e igualdade, não sei mais o que, um pequeno artigo em que eu trato disso. Dependendo das circunstâncias, a minha identidade de classe atua mais do que as outras

identidades, isso pensando identidade como ela aqui quer dizer, eu não sei se ela pensa em um conjunto de subjetividades, mas pensa a identidade como móvel. Nós, ao longo da vida, assassinamos algumas identidades, algumas subjetividades e damos lugar ao nascimento de outras subjetividades. Então, a nossa identidade ou a nossa identidade social é constituída por várias subjetividades que morrem, que se reestruturam, que dão lugar a outras, enfim, não é uma coisa fixa. Porque, se se tomar um conceito de identidade da maneira como nós duas não concebemos, é claro que isso será uma camisa de força. Eu acho que não tenho mais nada a dizer.

VERA SOARES:

– Bem eu acho que encerramos o nosso trabalho da tarde e, obviamente, as discussões continuarão pelos corredores, porque esse debate é interminável.
